UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA – UAH
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ENTRE DISPUTAS E CONQUISTAS: UMA HISTÓRIA SOCIAL DO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA UFCG NAS CIDADES DE CUITÉ E SUMÉ (2002-2010)

IVANDRO DA SILVA MENDES

CAMPINA GRANDE-PB
2026

ENTRE DISPUTAS E CONQUISTAS: UMA HISTÓRIA SOCIAL DO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA UFCG NAS CIDADES DE CUITÉ E SUMÉ (2002 - 2010)

IVANDRO DA SILVA MENDES

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção de título de licenciado em História

Orientador (a): Prof, Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza

CAMPINA GRANDE-PB
2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINAGRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA

IVANDRO DA SILVA MENDES

ENTRE DISPUTAS E CONQUISTAS: UMA HISTÓRIA SOCIAL DO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA UFCG NAS CIDADES DE CUITÉ E SUMÉ (2002-2010)

Trabalho de Conclusão de Curso avaliado em _____ /_____ /_____.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza (Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Prof. Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack (Examinador Interno)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Profa. Dra. Silêde Leila Oliveira Cavalcanti (Examinadora interna)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Profa. Grad. Layse Félix de Oliveira (Suplente)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

CAMPINA GRANDE – PB
2026

Universidade Federalde Campina Grande – UFCG
Sistema de Bibliotecas - SISTEMOTECA
Catalogação de Publicação na Fonte. UFCG – Biblioteca Central

M538e Mendes, Ivandro da Silva.

Entre disputas e conquistas: uma história social do processo de interiorização da UFCG nas cidades de Cuité e Sumé (2002-2010) / Ivandro da Silva Mendes. Campina Grande – 2026.

64 f.:il. color.

Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2026.

"Orientação: Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza".

Referências.

1. Processo Histórico da Interiorização da UFCG. 2. Políticas de Expansão Universitária. 3. Educação Universitária. 4. Cariri e Curimataú Paraibano. I. Souza, Antônio Clarindo Barbosa de. II. Título.

UFCG/BC CDU94(043.3)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA ITAPUANA SOARES DIAS GONÇALVES CRB-15/93

Dedicatória:

Ao misericordioso Deus do impossível, que me consagrou com suas forças positivas nessa trajetória acadêmica, até conclusão desta monografia em momento atual, aos meus pais, familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter sido minha fortaleza nos momentos de altos e baixos da vida cotidiana, sendo o meu refúgio nas incertezas e minha luz nos dias em que o caminho parecia difícil demais. Sem a ferramenta da fé, não haveria persistência, e sem persistência, não haveria, é nem haverá nenhuma conquista.

À minha família, meu alicerce e minha maior inspiração e transpiração. Foram vocês que me ensinaram o valor do estudo, em especial a minha mãe Ivaldete que sempre deu valor aos caminhos do conhecimento, da dignidade, e da esperança, e ao meu Pai Josivande pelo ensinamento do valor trabalho esforçado, e algo conquistado. Cada esforço feito por mim carrega o amor e o sacrifício de vocês. Esta vitória não é individual - ela é coletiva, construída com apoio, renúncias e confiança.

A querida Universidade Federal de Campina Grande, sendo muito mais do que uma instituição de ensino, sendo um espaço de transformação, amadurecimento e descobertas. Pesquisar a interiorização da própria universidade que me formou foi, ao mesmo tempo, um exercício acadêmico e um reencontro com minha própria história, estudando os caminhos que levaram o ensino superior ao interior da Paraíba, percebi que também sou parte viva desse processo deixando minha participação através da escrita.

Ao meu orientador e amigo, Antônio Clarindo, o famoso (Dom Clarindo), pela paciência, pela firmeza nas orientações e pela confiança no meu potencial. Sua dedicação ultrapassou as exigências acadêmicas e contribuiu profundamente para minha formação intelectual.

Aos professores da unidade acadêmica de História que marcaram minha trajetória nesses quatro anos, por cada aula, cada debate e cada provocação intelectual que ampliou meu olhar sobre a educação pública e seu papel social. Em especial, a professora Silêde Leila, coordenadora de curso é do subprojeto Pibid-História, um programa institucional, e nele tive a oportunidade de participar de dois editais, nele obtive grande aprendizado nas relações cotidianas em sala de aula. Ao professor Eduardo Krenak pelo companheirismo de sempre manter o diálogo fora da sala de

aula nos bancos da praça. O professor Rodrigo Ceballos pela gentileza de sempre me responder nas horas em que mais precisava de algumas dúvidas e informações técnicas institucionais. Vocês me ensinaram que a universidade não é apenas um espaço de formação profissional, mas um instrumento de transformação social.

Aos professores Glayds Veiga-IFPB e Paulo Higor-SEE PB, que foram supervisores do Pibid, o primeiro edital foi locado no IFPB, e o outro ainda continua sendo na ECI Assis Chateaubriand. Com eles aprendi que ensinar história vai mais além do que evidenciar um acontecimento do passado, é sim debater o presente, e saber lidar com o que pode comprometer o futuro.

Aos colegas e amigos: Augusto, Cássio, Caio, Franklin, João Herbert, José Robson, Gilberto e Gabriel Mateus. Diante disso, não poderia esquecer de agradecer a Ingrid Yasmim, pessoa do bem, pela sua humildade e parceria nesses quatro anos de graduação, que serão levados comigo para sempre. Todos vocês farão e sempre continuarão sendo meus companheiros de jornada, dividiram sonhos, incertezas, dificuldades e conquistas. A convivência e o apoio de vocês tornou essa caminhada mais leve, prazerosa e significativa.

E por fim, agradeço a todos que lutaram para que o ensino superior chegasse ao interior da Paraíba (2002-2010). Se hoje deixo registrada estas palavras como pesquisador da história da interiorização, é porque ontem fui um dos seus frutos, mesmo sendo de outra cidade e região do agreste paraibano.

Mais do que estudar a interiorização da UFCG, eu sou parte dela, e minha trajetória é prova viva de que a universidade que chegou ao interior também chegou até mim e transformou a minha história, é ainda transformará a de muitos!

“*Esperar significa crer na aventura do amor, ter confiança nas pessoas, dar o salto no incerto e abandonar se a Deus totalmente”.*

Santo Agostinho

RESUMO

O trabalho busca analisar o processo histórico de interiorização da UFCG, a partir do seu desmembramento da UFPB, Campus II, gerando assim um novo perfil de ensino com a criação de novos campi em microrregiões da Paraíba. Nessa pesquisa, o objeto inicial de estudo é a Universidade Federal de Campina Grande entre 2002 a 2010, neste período de tempo houve também uma política transicional de desmembramento da instituição de ensino, independente da UFPB. Em oito anos houve uma série de mudanças na nova UFCG, principalmente na área administrativa voltada para expansão do ensino universitário na região do Cariri e do Curimataú paraibano. Nesta perspectiva, trago na pesquisa, a problemática sobre quais foram os principais desafios encontrados no jornal da Paraíba enfrentados durante o processo de interiorização da instituição, e como a presença da UFCG naquelas regiões, impactou a realidade socioeducacional através dos dados das matrículas atuais nas cidades de Cuité e Sumé, utilizando-me dos conceitos voltados para a área social do autor Pierre Bourdieu, “Capital cultural” (1989) e "Reprodução social" (1982) e ainda das ideias sobre Universidade e seus respectivos dilemas explícitos em Boaventura de Souza Santos (2011), e as contribuições da teoria “Thompson para uma história social da escolarização”. Utilizando-me de um método comparativo que permita visualizar quais as diferenças entre ensino superior e os novos campis criados e como as duas diferentes cidades recepcionaram as novas instalações. Além disso, me proporei analisar os discursos dos dirigentes da UFCG que deram origem ao desmembramento e ao novo formato da UFCG naquele contexto histórico.

Palavras-chave: políticas de expansão Universitária, Interiorização UFCG, Educação Universitária, Cariri e Curimataú Paraibano.

ABSTRACT

The study aims to analyze the historical process of the internalization of the Federal University of Campina Grande (UFCG), based on its separation from the Federal University of Paraíba (UFPB), Campus II, thus generating a new educational profile through the creation of new campuses in microregions of Paraíba. In this research, the initial object of study is the Federal University of Campina Grande between 2002 and 2010. During this period, there was also a transitional policy of institutional separation, making it independent from UFPB. Over the course of eight years, a series of changes took place within the newly established UFCG, especially in the administrative sphere, aimed at expanding higher education in the Cariri and Curimataú regions of Paraíba. From this perspective, the research raises the following problem: what were the main challenges reported in *Jornal da Paraíba* during the process of internalization, and how did the presence of UFCG in those regions impact the socio-educational reality, based on current enrollment data in the cities of Cuité and Sumé? To address this, the study draws on social theory concepts proposed by Pierre Bourdieu, namely “cultural capital” (1989) and “social reproduction” (1982), as well as ideas about the university and its dilemmas discussed by Boaventura de Sousa Santos (2011), in addition to contributions from Thompson’s theory for a social history of schooling. A comparative method is employed to identify differences between traditional higher education structures and the newly created campuses, as well as to analyze how the two cities received these new institutions. Furthermore, the study proposes to examine the discourses of UFCG administrators who were responsible for the institutional separation and the new configuration of the university in that historical context.

Keywords: university expansion policies; UFCG internalization; higher education; Cariri and Curimataú regions of Paraíba.

LISTA DE IMAGENS

Figura 01: UFPB campus II.
Figura 02: Comunidade acadêmica em debate.
Figura 03: Projeto de lei em prol da nova UFCG.
Figura 04: Mapa do curimataú paraibano.
Figura 05: Inauguração do CES em Cuité,
Figura 06: Inauguração do campi técnico avançado de Sumé.
Figura 07: Discussão no DF sobre a implantação da UFCG em Sumé.
Figura 08 e 09: Mobilização a favor da criação do campi em Sumé.
Figura 10: Fernando Haddad e sua comitiva.
Figura 11: Haddad colocando o chapéu de couro na cabeça.
Figura 12: Mapa do diamante imaginário-Paraíba.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
Capítulo I-Fundação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e suas políticas institucionais 16
1.1. A Escola Politécnica da Paraíba: gênese do ensino tecnológico em Campina Grande 16
1.2 A criação da UFCG 19
1.3. A sonhada UFCG, em jogo político 24
1.4. Proposta de criação 28
CAPÍTULO II - A nova UFCG - Um compromisso socioeducacional 32
2.1. Proposta do REUNI à UFCG 33
2.2. Interiorização da UFCG em Cuité - problemas socioeconômicos? 37
2.3. Ensino Superior em Sumé: uma história de luta e transformação social 44
CONSIDERAÇÕES FINAIS 58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 61
ANEXOS 63

INTRODUÇÃO

As políticas de expansão universitária de ensino superior público para o interior do Brasil, ao longo dos anos tem desempenhado um papel crucial na promoção de uma educação inclusiva e acessível para todos, especialmente para comunidades que tinham acesso restrito à formação universitária. Nesse cenário educacional, a vontade de trabalhar com essa linha de pesquisa, está também atrelada a minha participação neste espaço público, sendo aluno de cidade do interior do Estado, vivendo uma longa trajetória estudando durante 13 anos em escolas públicas, e minha pessoa nascida no começo dos anos 2000. Um marco histórico para minha pesquisa na posição de estudante, que o governo federal apresentou políticas externas para a democratização do ensino superior, incentivando a criação de novas universidades e a instalação de campi em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Esse movimento de interiorização, fundamentado por programas como o REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), transformou a realidade de diversas áreas, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, contribuindo para seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Por isso, mesmo eu sendo de outra cidade do agreste da Borborema em Massaranduba, escrevo este trabalho na posição de historiador que viveu o mesmo problema, mas em lugar diferente. Todavia, sempre existiu pessoas em todos lugares de fala, nas pequenas cidades, e comunidades locais.

Neste sentido, a pesquisa centrada na interiorização da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) nos municípios de Cuité e Sumé, no estado da Paraíba, entre os anos de 2002 e 2010. A criação desses campi representa um marco na trajetória da instituição, que, após seu desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2002, se engajou no processo de expansão com o objetivo de atender às demandas educacionais da região do Curimataú paraibano. Este período inicial foi caracterizado por desafios importantes, incluindo das barreiras da burocracia política de sociais e como também as questões desafiadoras sendo econômicas orçamentárias, bem como pela necessidade de adaptação das comunidades locais a essa nova dinâmica socioeducacional.

A pesquisa, portanto, busca investigar os jornal da Paraíba, o plano de criação da UFCG e os projetos de criação dos campis no interior. Entretanto a partir desta caminho problematizando os desafios e estratégias adotadas pela UFCG e pelos movimentos locais para implementar e consolidar os campi de Cuité e Sumé. Por meio de uma análise documental quantitativa e qualitativa foram examinadas as parcerias, iniciativas e mobilizações sociais que possibilitaram a superação dos obstáculos iniciais. O estudo também visa identificar apenas o período de transição até a inauguração da instituição nas cidades, mostrando as transformações desencadeadas pela presença da universidade nas através de cada projeto consolidado no papel de sua história de construção, bem como suas repercussões sobre o acesso ao ensino superior para jovens da região.

A relevância deste trabalho apoia-se na compreensão dos impactos sociais da interiorização do ensino superior no Brasil, principalmente para a ampliação de oportunidades e o fortalecimento do desenvolvimento regional. Ao explorar o caso específico da UFCG, a proposta dessa pesquisa é contribuir para o entendimento das políticas de expansão universitária como motores de desenvolvimento, além de evidenciar o papel das universidades na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Dessa forma, espero que este estudo forneça, em seu produto final, uma ampliação dos estudos sobre as universidades, e outras instituições a seguirem caminhos semelhantes a este, sempre se mobilizando para a melhoria do ensino público de qualidade no Brasil.

Como sabemos a expansão do ensino superior público federal no Brasil, se construiu em três fases, tendo seu início a partir de 1998 com o aumento da oferta de vagas e cursos nas sedes das universidades existentes. Contudo, o processo se intensificou com a implantação de dois programas: o Programa Expansão I que compreendeu os anos de 2003 a 2007 e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), encontrado no site oficial da UFCG, criado no governo Lula pelo Decreto nº 6.096/2007 (VINHAIS, 2013; NIQUITO et al., 2018). Por ser um trabalho voltado com uma função crítica da articulação social em torno da interiorização da UFCG, o método adotado na pesquisa se presta à análise dos mecanismos de dominação, da produção de ideias em torno da discussão voltada para articulações da gênese e condutas. Nesta perspectiva, no primeiro subtópico do capítulo I irei apresentar o contexto histórico da primeira instituição de ensino tecnológico na cidade de Campina Grande nos anos de 1950.

No segundo subtópico, foco na criação da nova UFCG, através da análise do jornal da Paraíba a partir de 1995, e seu documento oficial de criação “plano de criação” 1996, com o aporte teórico apropriada aos conceitos de “capital cultural” e "reprodução social" em Pierre Bourdieu, descrevendo as principais conjunturas dentro da comunidade acadêmica local e o desenrolar das políticas externas que estavam envolvidas em grupos conservadores e radicais. sendo importante o uso da epistemologia analitica, para se entender como a presença da “Nova UFCG” na cidade de Campina Grande em relação a melhoria do serviço prestado na cidade e em cidades menores que a sede pode impactar e transformar as estruturas sociais, econômicas e culturais.

Partindo para o capítulo II, contínuo problematizando sobre a nova universidade, mas agora em tempo mais atuais, já no século XXI, a partir da reestruturação das universidades federais promovida pelo programa de reestruturação universitária - REUNI. Nesta perspectiva trabalho o primeiro subtópico do capítulo com a cidade de Cuité estudando qual seria o principal problema como justificativa para instalação do campi na cidade, se era econômico, cultural ou social? A pergunta foi respondida a partir dos planos de criação que revelam seus problemas socioeconômicos e sustentável, estando atrelados aos conceito de capital simbólico de Bourdieu 1989. E por fim no segundo subtópico, faço uma análise no plano de criação do campi de Sumé, fundamentada na história social do autor Thompson, a partir de um artigo chamado “contribuições de EP Thompson para uma história social da escolarização” dos autores(as) Luciano Mendes de Farias Filho e Liane Maria Bertucci. Considerando-se para conseguir um polo universitário na cidade não foi apenas um simples requerimento, mas sim uma grande mobilização popular envolvendo também a participação das comunidades religiosa. Neste mesmo capítulo também apresentou a importância de uma instituição voltada para desenvolvimento sustentável da cidade e região do Cariri paraibano, a transformação de uma cultura fracassada pela seca, com os estudos da tecnologia da Universidade, se transformando em produto de desenvolvimento para a agricultura familiar, através do ensino pesquisa e extensão. Portanto a interiorização da Universidade Federal de Campina Grande, teve relevância significativa para a democratização do acesso à educação, enfrentou diversos desafios e gerou transformações nas comunidades locais.

CAPÍTULO I – FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG) E SUAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

1.1. A Escola Politécnica da Paraíba: gênese do ensino tecnológico em Campina Grande

Em meados da segunda metade do século XX, no ano de 1952, no município de Campina Grande, a Escola Politécnica da Paraíba iniciou suas atividades com o curso de Engenharia Civil de nome renomado para com os padrões do progresso modernista, que vinha se desencadeando para os interiores do norte e nordeste, processo que tinha o seu funcionamento desde os anos de 1920 com a modernização capitalista monopolista. Tendo o objetivo principal, segundo do livro "Escola Politécnica memórias: Memórias do Ensino Superior em Campina Grande", proporcionar a consolidação como uma instituição de ensino superior de referência na formação de profissionais nas áreas de ciência e tecnologia. O eventual propósito foi rapidamente alcançado, evidenciado pela inserção bem-sucedida de sua primeira turma de engenheiros civis no mercado de trabalho local e regional.[1]

A história da Escola Politécnica da Paraíba, fundada em 1952 em Campina Grande, revela como o capital cultural pode ser acumulado e convertido em prestígio institucional, conforme a teoria do autor Pierre Bourdieu. Mesmo diante de desafios estruturais e regionais, a "Poli" se destacou na formação de engenheiros civis e eletricistas, construindo, ao longo das décadas de 1950 e 1960, uma reputação consolidada como observar se no momento atual a posição da UFCG na região Nordeste. Esse reconhecimento resultou do investimento em práticas pedagógicas de excelência, da articulação com o mercado de trabalho regional e da formação de um corpo técnico qualificado.

[1] As informações qualitativas foram retiradas do livro: MONTENEGRO, Rosilene Dias, et al. *Escola Politécnica: Memórias do Ensino Superior em Campina Grande*. 2018.

A transformação da Poli, em 1978, no Centro de Ciências e Tecnologia (CCT)[2],como parte da reforma universitária nacional, exemplifica como esse capital acumulado foi preservado e reinserido dentro de uma nova lógica institucional, agora vinculada à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Esse processo antecede e ajuda a explicar o posterior desmembramento que deu origem à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em 2002, cuja expansão para cidades como Cuité e Sumé representou uma nova etapa na redistribuição desse capital cultural pelo interior paraibano, contribuindo para o acesso à educação superior pública e para a redefinição das dinâmicas sociais e educacionais locais.

Entretanto, com o passar seus 26 anos de funcionamento, entre 1952 e 1978, a Escola Politécnica da Paraíba doravante referida como “Poli”, firmou-se como um marco na história do ensino superior paraibano, especialmente no contexto político elitista da cidade de Campina Grande. Contudo, em seus primeiros anos, conquistou reconhecimento regional e nacional pela excelência na formação de engenheiros civis e eletricistas, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento técnico e científico do estado.

Em 1960, no contexto da primeira expansão e interiorização através da reforma do ensino superior, a Escola Politécnica foi incorporada à recém-criada Universidade Federal da Paraíba (UFPB)[3] tornando-se a base estrutural do Campus II da instituição, localizado em Campina Grande. Essa incorporação impulsionou o crescimento da oferta de cursos e consolidou Campina Grande como um importante pólo acadêmico e científico do Nordeste. A excelência alcançada nas áreas de engenharia, ciências exatas e tecnologia foi determinante para o reconhecimento da cidade como um centro de inovação.

Na época de sua extinção, em 1978, a Escola Politécnica da Paraíba oferecia, além dos cursos de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica, as graduações

[2] CCT é órgão de assessoramento superior do Presidente da República, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, para a formulação e a implementação da política nacional de desenvolvimento científico.

[3] A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi criada oficialmente em 1960 pela Lei Federal nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, reunindo diversas escolas superiores já existentes no estado, incluindo a Escola Politécnica de Campina Grande.

em Sistemas e Computação, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Engenharia Agrícola, Meteorologia, Desenho Industrial atualmente denominado de Design, Física e Matemática. O encerramento das atividades da Poli representou o término de um capítulo significativo na história do ensino superior em Campina Grande e na Paraíba. Sua trajetória legou um conjunto de valores institucionais pautados pelo idealismo, pela perseverança, pelo reconhecimento social e pelo prestígio acadêmico. Mais do que isso, deixou um profundo sentimento de pertencimento entre os sujeitos que compuseram sua comunidade universitária, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva forjada na ousadia, na inovação e no comprometimento com a excelência. A Escola Politécnica inscreveu-se na memória daqueles que dela participaram, simbolizando um tempo histórico marcado por conquistas relevantes, protagonismo intelectual e visão de futuro. Seu legado permanece como referência para as gerações subsequentes, como exemplo de iniciativa diante dos desafios e de compromisso com o avanço educacional e científico da região, com as melhorias em investimentos na educação com a união da comunidade acadêmica criou-se.

Através de uniformidade política, a Universidade Federal de Campina Grande foi criada pela Lei Nº. 10.419 de 09 de abril de 2002[4], a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba. Teve sua origem de fundação no começo da década de 1950, quando foram criadas a Escola Politécnica de Campina Grande 1952 e a Faculdade de Ciências Econômicas 1955. Naquela época a educação superior dava os primeiros avanços “positivos” em parte da sociedade paraibana e no nordeste. Este período histórico foi responsável pela construção de uma identidade própria que motivou o desmembramento e a criação da UFCG.[5]

[4] BRASIL. Lei nº 10.419, de 9 de abril de 2002. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, por desmembramento da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Diário Oficial da União Brasília, DF, 10 de abril. 2002.

[5] As informações qualitativas foram retiradas do livro: MONTENEGRO, Rosilene Dias, et al. *Escola Politécnica: Memórias do Ensino Superior em Campina Grande*. 2018.



Figura 01 - UFPB campus II. Disponível em https://portal.ufcg.edu.br/conheca-a-ufcg.html

O campus Campina Grande, sede da Reitoria como podemos observar na imagem 01, abrigava no século passado apenas o Centro de Humanidades (CH), o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) e o Centro de Ciências e Tecnologia (CCT). A partir deste último, logo em seguida à criação da UFCG, foram criados mais dois novos centros: o Centro de Engenharia Elétrica e Informática (CEEI) e o Centro de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN). No campus Patos, estabelecia o Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR); no campus Sousa, o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS); e, no campus Cajazeiras, o Centro de Formação de Professores (CEP)[6]

1.2 A criação da UFCG: Movimentos internos e externos e a luta pela "autonomia universitária"

Ao pautar um trabalho de política educacional, podemos analisar na manchete "opinião" do Jornal da Paraíba 1996 a proposta de se realizar um desligamento universitário no propósito de buscar uma nova autonomia administrativa na cidade de Campina Grande já existia desde antes do ano de 2002. ISSO gerou polêmicas cerca de sete anos antes, ou seja, a criação da UFCG teve uma discussão crescente de possibilidades e controvérsias dentro das camadas sociais bem antes de formalizar sua autonomia universitária. Em agosto de 1995 o

[6] As informações foram qualitativas retiradas do site oficial da UFCG disponível em:https://portal.ufcg.edu.br/conheca-a-ufcg.html

Jornal da Paraíba, sediado em João Pessoa na época, publicava como um todo uma postagem em sua página de opiniões: :UFCG: polêmica à vista[7]

Nas informações colocadas eram de que, fora criada uma comissão de conselho universitário composta por um colegiado pleno[8] Para coordenar de forma proativa as discussões sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande, e em João Pessoa no Campus sede da Reitoria na época, todos os representantes dos campi do interior se encontram presentes, estava ausente apenas o vice-reitor, o professor Roberto Siqueira. A pauta era a avaliação primitiva dos seis campi, sobre a proposta de desmembramento da UFPB e criação de uma nova universidade federal com sede em Campina, obtendo resultados depois dessa avaliação formalizar um documento base pelos professores da redação Thompson Mariz e Cleber Salgado, sendo secretário e relator da respectiva Comissão.

Entretanto, como todo ponto de partida sempre surgem discussões relacionadas às diversas atividades de vantagens ou desvantagens, o debate em toda a UFCG foi de caráter epistemológico diferente entre linhas de pensamentos discursivos, surgindo assim algumas dúvidas sobre os novos rumos que a universidade poderia tomar, sendo independente. Foram colocados naquela data em especifica dia 08 de Agosto de 1995, em três dimensões diferentes: em primeiro lugar a viabilidade estrutural e funcional, era bem aceita na época:

> "A UFCG, não só teria condições de caminhar com os próprios pés como daria um salto de qualidade. Teria um futuro mais promissor, independente, funcionalidade mais ágil. Campina Grande só teria a ganhar, tanto no aspecto político econômico como no cultural." Jornal da Paraíba 08 de agosto 1995.

A expectativa de que a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), ao conquistar sua autonomia, pudesse caminhar com os próprios pés, alcançar uma funcionalidade mais ágil e trazer benefícios político-econômicos e culturais para a cidade, pode ser compreendida na fundamentação teórica de Pierre Bourdieu. Para o autor, o campo universitário constitui-se como um espaço de disputas simbólicas entre instituições e agentes que buscam acumular e legitimar diferentes formas de capital, sobretudo o capital cultural, simbólico e político (BOURDIEU, 1989).

---

[7] As informações retiradas no jornal da Paraíba, edição publicada em agosto de 1995.

[8] Órgão máximo de deliberação da UFCG, o Colegiado Pleno é composto por representantes dos centros e setores da universidade, sendo responsável por decisões institucionais conforme o Regimento Geral da UFCG (art. 14, 1º).

Nesse sentido, a separação da UFCG em relação à UFPB representaria para toda comunidade acadêmica mais do que um ato administrativo e sim uma estratégia de reposicionamento no campo universitário, visando à ampliação de sua autonomia e à construção de uma identidade institucional própria. A criação de uma universidade independente em Campina Grande implicaria a reconfiguração das relações de poder no espaço universitário na região Nordeste, com impactos na reprodução e na redistribuição do capital cultural na região.

A UFCG emergiria como um novo polo de produção de saber e prestígio simbólico, contribuindo para o fortalecimento da cidade não apenas no plano educacional, mas também como espaço de influência política e cultural, que também poderia ter influência de todos os níveis. Conforme a imagem 02: Jornal da época.[9]

[9]A fonte de informações está retida em material físico, localizada no centro de Humanidades da da UFCG no acervo: setor de documentação e História Regional - SEDHIR.

Começam discussões para criação da Universidade de Campina Grande

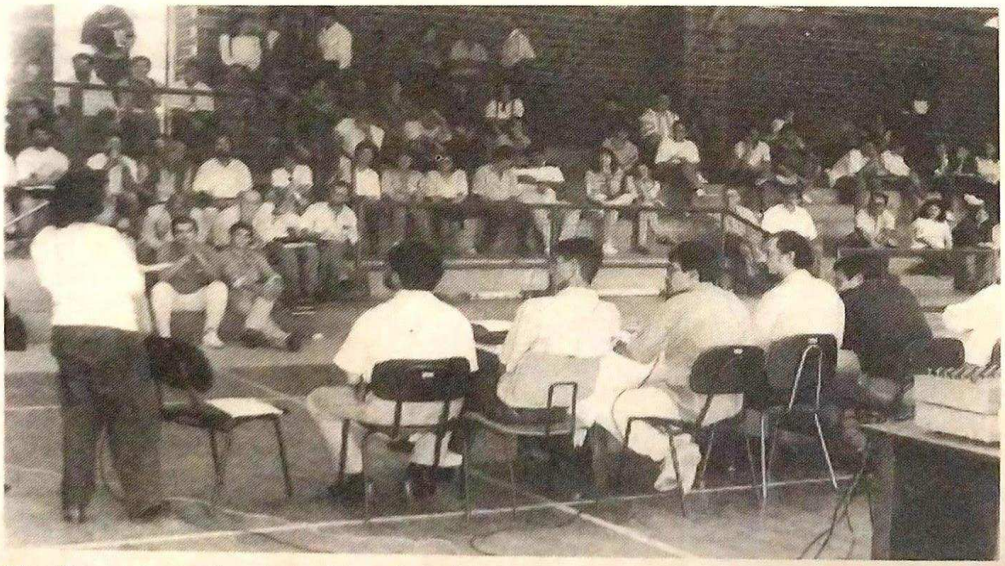
Dirigentes da Universidade Federal da Paraíba, dentre eles o reitor e vice-reitor, respectivamente, Neroaldo Pontes e Roberto Siqueira, comunidades universitárias (professores, alunos e funcionários), se reuniram, ontem, em Campina Grande, pela primeira vez, no Ginásio de Esportes do Campus II, para discutirem a viabilização do desmembramento da UFPb.

Por enquanto não há, ainda, nada de concreto sobre o desmembramento da UFPb. As pessoas interessadas no assunto estão em fase de discussões do processo, que se aprovado pelo governo federal, vai dar lugar a Universidade Federal de Campina Grande.

Várias comissões com representantes de todos os Departamentos da Universidade Federal da Paraíba foram formadas, com o objetivo de discutirem, minuciosamente todo o processo de desmembramento da UFPb.

No Ginásio de Esportes, ontem, representantes das comunidades universitárias, mostraram a necessidade de se aprofundar as discussões sobre à política de viabilização do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba.

A Comissão do Conselho Universitário que já realizou debates nos Campi de Sousa, Cajazeiras, Patos, Areia e Bananeiras, voltará a discutir o assunto numa segunda 'rodada' de reuniões nesses mesmos locais.



Professores, alunos e funcionários debateram a criação da UFCG durante todo o dia

Figura 02: comunidade acadêmica em debate. Fonte: jornal da Paraíba 1994.

A polêmica sobre a UFCG tomou conta do Campus II, havendo uma reflexão em debate no Ginásio de Esportes, artigos em jornais, a discussão em Conselhos de Centro, conversas informais entre alunos, professores e funcionários. O clima de expectativa generalizada de posições já fechadas, como a do Departamento de

Administração do Centro de Humanidades, sendo a favor do desmembramento, quer apenas um projeto concreto. Todavia, existiam três correntes de pensamento três correntes de pensamento sobre o assunto? De um lado os que se posicionavam radicalmente contra, por outro contava com os que defendiam a instituição, e ainda tinham os que mantinham o amadurecimento da discussão, formando-se assim três vertentes nas relações de poder para o debate. Para concretizar esses caminhos, obtendo,"de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulados pelos agentes" (BOURDIEU, 2010, p.11).

Os que eram contra, se preocupavam com o esfacelamento da Universidade como um todo, redução do poder de "barganha"[10], como defendia a liderança dos integrantes da ADUFPB-CG,[11] Com pensamento voltado para políticas estatais justificaram que este acontecimento poderia conciliar em uma abertura de interesses neoliberais, conciliando ainda mais para o projeto de privatização do ensino superior na época, contando com o apoio e valorização das políticas de governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). A associação dos docentes congregava no Campus II. Toda entidade não se posicionava de maneira fechada, mas divulgava um documento considerando "prematuro qualquer pronunciamento coletivo sobre a questão[12]", ressaltando-se contudo que, para cada diretor de forma individualmente, teria o direito de se manifestar sobre o assunto de melhor desempenho e integridade.

Por outro lado, no segundo grupo estavam os que se dividiam entre os "ufanistas" e os "racionais"[13]. Os primeiros fundamentam seu discurso na emoção, na paixão desenfreada pela "terrinha",[14] defendiam seu lugar de fala na Rainha da Borborema em relação a João Pessoa, falavam em última instância que "Campina pode tudo, tem condições para tudo". Os principais argumentos a favor eram a significativa agilidade administrativa, o melhor aproveitamento dos recursos, a

[10] "Barganha" é a ação entre pessoas ao negociar ou trocar algo, seja um bem, serviço ou até mesmo um favor, com o objetivo de chegar a um acordo vantajoso para ambas as partes.
[11] A ADUFPB-CG era na época, a Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba em Campina Grande, fundada em outubro de 1978. Atualmente denominada de ADUFCG.
[12] As informações qualitativas foram retiradas do Jornal da Paraíba 1995.
[13] "Racionais" são pessoas que tendem a tomar decisões e agir com base na lógica, na razão e na análise cuidadosa das informações disponíveis, em vez de serem influenciadas principalmente por emoções ou impulsos.
[14] "Terrinha" significa pequena extensão de lugares, espaços ou povoados. Podendo o termo ser usado para justificar um afeto por uma instituição de ensino a UFCG.

possibilidade de mais parcerias com a comunidade, uma reorientação mais ampla e eficiente da produção científico-tecnológica para as questões regionais e avanços em direção à qualidade e produtividade acadêmica para fora do Brasil. Qualquer número servia para fundamentação deste discurso progressista, obtendo com o apoio dos professores como Lula Cabral (vereador na época), o médico Virgílio Brasileiro, da Faculdade de Medicina, e o professor Carlos Tejo.

O segundo grupo dos que eram a favor - os "racionais" - estava mais preocupado com uma argumentação lógica, fundamentada em dados e realidades concretas vivenciadas pelo Campus II como defendiam os professores e diretores do CCT, Marcos Brasileiro e Thompson Mariz, que usaram através dos números da instituição para justificar os argumentos dos "ufanistas", era de que Campus II era composto por uma grande estrutura física sustentável, que poderia garantir sua autonomia, com cerca de 5.500 alunos, 700 professores, 1.500 funcionários[15] o que o coloca à frente de pelo menos 24 Universidades Federais brasileiras, entre elas, a de Viçosa (MG), Santa Maria (RS) e a Universidade Federal do Piauí.

Na terceira corrente de posicionamentos, consolidou-se afirma o Jornal da Paraíba 1996, o entendimento de que a discussão acerca da UFCG deveria ser aprofundada não apenas no âmbito interno do Campus II, mas também extrapolar seus limites institucionais. A pauta teve início a partir de um debate promovido pelo professor Josevaldo Cunha, representante do ANDES (Associação Nacional dos Docentes), que defendeu a realização de um plebiscito com o objetivo de aferir a posição da comunidade acadêmica. Tal consulta, segundo o docente, poderia estender-se à sociedade campinense, possibilitando que está, devidamente informada sobre o tema, manifestasse de forma favorável ou contrária.

Contudo, caso essa proposta fosse efetivamente encaminhada, já se verificavam receios entre políticos e setores externos à universidade, na análise de condução do processo. O argumento de caráter recorria à metáfora popular segundo a qual "uma criança que, após vinte anos de gestação, nasceu prematura e não tenha vida própria", ilustrando o temor de que o Campus II da UFCG viesse a perder autonomia e capacidade de atuação, resultando em fragilidade institucional, queda de desempenho e rebaixamento em classificações nacionais e internacionais.

[15] As informações quantitativas foram retiradas do Jornal impresso Diário da Paraíba.

A intervenção política nesse contexto, expressa tanto em projetos de lei quanto na influência direta da família Cunha Lima[16], pode ser interpretada ao saber epistemológico da teoria de Pierre Bourdieu (1982). O debate sobre a reconfiguração institucional da UFCG, não se restringia a disputas administrativas, mas envolvia a preservação e a distribuição do capital cultural acumulado pela instituição ao longo de sua trajetória, com o mesmo presente nos estados incorporado, objetivado e institucionalizado, se constituído em recurso estratégico na manutenção do prestígio e da legitimidade acadêmica. Qualquer alteração estrutural que pudesse fragilizar a UFPB significava, nesse sentido, uma ameaça não apenas ao seu acervo de saberes e práticas (capital objetivado), mas também à certificação social de seus diplomas e títulos (capital institucionalizado) e às competências incorporadas por seus egressos. Assim, a disputa em torno do Campus II refletia, de forma mais ampla, um processo de reprodução social no qual diferentes agentes buscavam assegurar posições e vantagens no campo educacional e político regional.

1.3. A sonhada UFCG, em jogo político

Era legítimo que todas as correntes participassem do processo de discussão sobre a criação da UFCG, pois era de conhecimento geral que, vinte anos antes, em outra instituição de ensino superior, havia ocorrido um fato curioso: “as iniciativas até agora pelo desmembramento partiram de grupos políticos”. A primeira delas ocorreu em 1975, durante o regime militar,[17] quando o deputado Octacílio de Queiroz[18] Apresentou, no Congresso Nacional, um Projeto de Lei que previa também a incorporação, à nova universidade, das unidades que formavam a então Universidade Regional do Nordeste (URNE), atualmente Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Contudo, o projeto não prosperou devido ao contexto político da época, marcado pela resistência do regime em adotar medidas que pudessem

[16] As informações qualitativas foram retiradas do Jornal da Paraíba 1995

[17] A expressão "regime militar” nesse texto está relacionada ao regime instalado em 1964 com a deposição do presidente João Goulart e o estabelecimento dos militares no comando do governo brasileiro, que durou vinte anos de uma ditadura pautada na censura, opressão e cassação de direitos políticos.

[18] Octacílio da Nóbrega de Queiroz, era um paraibano nascido em Patos em 31 de agosto de 1913 sendo deputado Estadual e Federal pela Paraíba.

beneficiar determinados grupos sociais, entre eles os estudantes universitários, especialmente os da área de ciências humanas.

Apesar disso, o deputado não abandonou seu interesse. Dez anos mais tarde, em 1985, no contexto da reabertura política, reapresentou o projeto.[19]Dessa vez, com um olhar mais abrangente, deixou de fora a antiga URNE e propôs a incorporação apenas do Campus II e de outros campi do interior. Pouco tempo depois, o deputado Aluízio Campos apresentou um substitutivo com o mesmo objetivo: o desmembramento do Campus II da UFPB, compondo, assim, a criação de uma nova universidade federal. No ano de 1989, somou-se a essa iniciativa o apoio do deputado federal Evaldo Gonçalves[20], que também defendeu a proposta no Congresso Nacional, solicitando a apresentação de um novo Projeto de Lei em favor da criação da UFCG.

Todavia, justificavam ao Ministério da Educação o campus II e a UEPB criou-se uma comissão para estudar. Com o posicionamento a favor, ficou proposta a divisão da seguinte maneira, a UFPB, com sede em João Pessoa, ficaria com os campi do Brejo (Areia e Bananeiras) e a UFCG ficaria com os campi do sertão (Patos, Sousa e Cajazeiras). É importante observar que naquele momento a criação do novo nome da instituição estava ganhando as vozes da política. O parlamentar, senador Raimundo Lyra[21] Em 1992 também se agrupou em torno da Universidade, havendo discussões através da imprensa, mas sem haver resultados concretos. No entanto, nem todo aspecto era de categoria positiva, o ministro da educação, o senhor Murilo Hingel[22], era de caráter contrário de qualquer criação ou expressão universitária.

Entretanto, a cultura política local exerce significativa influência, especialmente no âmbito da administração de órgãos públicos. Nesse contexto, o Jornal da Paraíba 1995 destacou, em manchete, que o cerne da discussão em torno da criação da UFCG estava concentrado em uma única questão: *"quem vai dirigir a*

[19] As informações qualitativas foram retiradas do Jornal impresso Diário da Paraíba

[20] Evaldo Gonçalves de Queiroz, foi um advogado, escritor, professor universitário e político na Paraíba, ocupando os cargos de vereador na cidade de Campina Grande entre (1957-1963) e deputado Federal pela Paraíba entre 1987 e 1995, sendo também membro da Academia Paraibana de Letras.

[21] Raimundo Lyra, é um economista, empresário e ex-senador da Paraíba, ficando em exercício entre 1987 a 1995, primeiro mandato, e entre 2014 e 2019, segundo mandato.

[22] Murílio de Avellar Hingel, foi ministro da Educação do governo Itamar Franco entre (1992-1995).

nova universidade? Os dirigentes da esquerda: o sindicato local, o pessoal da diretoria apoiada pela elite local, ou até mesmo a própria comunidade acadêmica administrativa que defendiam cuidados nas decisões institucionais da UFPB.

À época, os projetos políticos eram compreendidos sob uma perspectiva de caráter intervencionista, uma vez que a nomeação do primeiro reitor caberia ao Ministério da Educação. Em contraposição, a comunidade acadêmica manifestava resistência ao termo "nomeação"[23], compreendendo-o como uma limitação à autonomia institucional. Ademais, o projeto necessitava de apreciação e aprovação no Congresso Nacional, o que poderia conduzir a diferentes desdobramentos: de um lado, a consolidação de novos direitos para a futura universidade federal; de outro, o risco de enfraquecimento de sua autonomia enquanto autarquia, em virtude de disputas e instrumentalizações políticas que poderiam transformá-la em veículo de propaganda política educacional.

Nesse cenário, cogitava-se a possibilidade de que a UFPB – Campus II viesse a sofrer intervenções de caráter neoliberal, hipótese que, de fato, se concretizaria vinte e três anos mais tarde, em 2019, durante o governo de direita conservador de Jair Messias Bolsonaro.[24] Todavia, nos anos 1990, ainda que o período fosse marcado pela difusão do liberalismo político e econômico, tal possibilidade permaneceu restrita ao plano teórico e não se efetivou. Àquele momento, apenas dois atores políticos demonstraram maior interesse no processo. O primeiro deles foi o senador Raimundo Lyra, que expressou de maneira explícita sua intenção de intervir, chegando a considerar a indicação do professor Moacir Carneiro, figura de sua confiança, para ocupar a futura reitoria.

Outro influência política, era articulações liderados pelo grupo Cunha Lima, que estavam por trás, nos bastidores, querendo fazer a conciliação de sujeitos ocultos na história, contando nomes que os representavam dentro e fora da Universidade, entre eles um dos mecanismos de reprodução da cultura politizada na época era o vice-diretor do Centro de Humanidades - CH, a pessoa do senhor

[23] A palavra "nomeação" significa o ato de designar oficialmente alguém para ocupar um cargo. Exemplo: a nomeação de governadores, reitores, ministros, bispos, funcionários públicos etc. Esse sentido é muito importante em períodos em que os cargos não eram eleitos, mas concedidos pelo rei, pelo imperador, pelo presidente ou por outra autoridade. A nomeação expressava relações de poder, clientelismo, hierarquia e centralização.

[24] Jair Messias Bolsonaro, é um político brasileiro, ex-capitão do Exército e presidente da República Federativa do Brasil entre 2019 e 2022, período marcado por pautas conservadoras, polêmicas ambientais e controvérsias na condução da pandemia de COVID-19.

Jurandir Xavier[25], que também fazia parte do gabinete dos Cunha Lima, sendo assessor do deputado federal Cássio Cunha Lima[26], filho do governador Ronaldo Cunha Lima,[27] que foi afastado na época por problemas de confrontos políticos.

Porém, essas interferências políticas no processo foram barradas pela comissão interna, presidida pelo reitor Neroaldo Pontes, com cautela em sua posição política educacional, encaminhou documento de aviso a todos os deputados e senadores da bancada paraibana no Congresso, relatando o processo de discussão e de outras providências estão sendo tomadas e diante disso o reitor da autarquia fez seu último pedido dizendo: “que a intercessão política para a criação da UFCG seja feita apenas quando a comunidade acadêmica der sinal verde”. Era legítimo que uma pessoa à frente de um órgão de ensino superior tivesse que defender e proteger a universidade quanto à sua autonomia estatutária, os comandos teriam que partir do interno para o externo com todos os níveis de amparo legais, sem interesses politizados externos ferindo a democracia constitucional.

Todavia, durante cerca de mais de um ano, o desmembramento da UFPB foi objeto de debates nas cidades de Cajazeiras, Sousa, Patos, Areia, Bananeiras e João Pessoa. A sede da futura instituição de ensino superior virtual campus da Paraíba será uma dimensão-chave na discussão em grande nível, no que a diversidade de posicionamentos pôde ser exposta. Sempre estando realizados, a ouvir opiniões, o grupo se reuniu para elaborar um relatório sobre esta primeira rodada de discussões, que através de dados precisarão ser apresentados. A comunidade ficaria sempre informada sobre o andamento dos trabalhos. Na época tudo estava sendo feito de maneira abrangente e transparente. E finalmente o grande dia chegou na porta dos munícipes de Campina Grande, no dia 23 de Julho

[25] Jurandir Xavier, era professor da Universidade Federal da Paraíba campus II, na área da engenharia econômica.

[26] Cássio Cunha Lima, político paraibano, filho do ex-governador Ronaldo Cunha Lima. Foi deputado federal (1987-1995), prefeito de Campina Grande (1997-2004), governador da Paraíba (2003-2009) e senador da República (2011-2019). Sua trajetória foi marcada tanto por forte influência na política estadual quanto por controvérsias jurídicas, incluindo a cassação do mandato de governador em 2009 pelo TSE por abuso de poder político e econômico.

[27] Ronaldo José da Cunha Lima, foi advogado, professor e poeta paraibano. Atuou como vereador (1961-1963), deputado estadual (1963-1969), prefeito de Campina Grande (1969-1983-1988), governador da Paraíba (1991-1994), senador (1995-2003) e deputado federal (2003-2007). Ficou marcado tanto pela vocação poética especialmente em defesa da cultura e da literatura nordestina, sendo também reconhecido, membro da Academia Paraibana de Letras. Outro fator que marcou sua vida pública, foi o episódio acontecido de violência política em 1993, quando atirou contra o ex-governador Tarcísio Burity em um restaurante de João Pessoa; foi membro da Academia Paraibana de Letras.

de 1996, foi enviada a proposta de criação da Universidade Federal de Campina. Com isso, encaminhando a nova universidade, não poderia terminar esta exposição histórica, o Jornal da Paraíba (1995), fundada nas palavras da manchete da época:

> E assim deve ser feito, como entendeu a Reitoria, como compreendeu e aprovou o Conselho Universitário da UFPB. Como está aceitando a grande maioria dos nossos professores, alunos e funcionários. O bom senso e visão dos fatos, somados à percepção da importância da questão, não recomendariam outro caminho que não fosse esse. A partição da Universidade Federal da Paraíba em duas é um passo histórico e decisivo para toda a sociedade deste Estado. Temos a obrigação de dar-lhes tratamento responsável, consequente, voltado para os interesses superiores da população. (Jornal da Paraíba 1995)

1.4. Proposta de criação

Por muitos anos de aspirações sobre a universidade, perante envolvimentos políticos de deputados, que começaram ainda na década de 1970 e depois de aproximadamente vinte anos de articulações políticas no âmbito da Universidade a nível estadual e federal, a instituição de ensino superior foi colocada na exposição de motivação através de minuta de projeto de lei no segundo semestre de 1996. Como resumo de um processo democrático de seu fundamento, o Conselho Universitário chegou à conclusão de um parecer favorável ao referido assunto, que vinha sendo tratado como essencial para a definição. Assim esclareceu o reitor Neroaldo Pontes de Azevedo através de ofício enviado ao ministro da educação:

> Temos a convicção de que a concretização do pleito de Campina Grande, acatado pelo Conselho Superior da Universidade Federal da Paraíba, de criação de mais uma universidade pública no Estado, trará repercussões positivas ao desenvolvimento estadual e regional. Contamos, portanto, com a sensibilidade do Ministério para com a reivindicação de criação da UFCG.(Plano de criação.1996 p.03, disponível no site oficial da UFCG)

Lei de ofício

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Minuta de

PROJETO DE LEI

Autoriza o Governo Federal a instituir a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° - Fica o Governo Federal autorizado a instituir a Universidade Federal de Campina Grande, na forma de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba.

Art. 2° - A Universidade Federal de Campina Grande será integrada pelos Centros do Campus II da Universidade Federal da Paraíba, assumindo os Cursos de Graduação e de Pós-Graduação ministrados por esta instituição no referido Campus.

Art. 3° - O Patrimônio da Universidade Federal de Campina Grande será constituído:

I - pela universalidade dos bens móveis, imóveis e semoventes abrangidos na jurisdição do Campus II da Universidade Federal da Paraíba;

II - por recursos orçamentários que lhe forem consignados;

III - por doações e legados;

IV - por recursos de outras fontes.

Art. 4°- O quadro de pessoal da Universidade Federal de Campina Grande será constituído pelos servidores lotados nos diversos setores do Campus II da Universidade Federal da Paraíba, os quais preservarão as mesmas situações funcionais vigentes à época da publicação desta lei.

Art. 5° - Esta lei será regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, mediante decreto do Poder Executivo que aprovará o Estatuto da Universidade Federal de Campina Grande.

Art. 6° - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7° - Revogam-se das disposições em contrário.

Figura 03: projeto de lei em prol da nova UFCG. Fonte: site oficial da UFCG.

A subcomissão universitária produziu um documento intitulado com parte do projeto de lei acima, apresentando ao pleito de transformação, destacando as infraestruturas científica e tecnológicas nas dimensões da estrutura organizacional, voltada para visão das questões patrimoniais e orçamentárias envolvidas na criação da UFCG, colocando a critério de avaliação da comunidade acadêmica. Portanto, a nova Universidade teria como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento local, regional dentro da Própria Paraíba e até mesmo no Nordeste, como bem se estabelece hoje sendo o Centro de referência na área das engenharias. Das instituições de ideias futuras ampliações que tiveram significativo impacto positivo a partir de sua estrutura que continuaria a mesma.

Com a aspiração de Campina Grande em ver instituída a sua Universidade Federal sedimentar-se em sua tradição, de décadas, como polo educacional de nível

superior e de Ciência & Tecnologia. O campus II e os extra-campus juntos formavam uma extensão territorial de 62 hectares, e 69 mil metros de área construída, além de comporta quatro áreas do conhecimento das ciências humanas(CH), da saúde (CCBS) e ciências agrárias e tecnologia estruturada através do Centro de Ciências e Tecnologia(CCT).

No entanto, em conformidade com os discursos jornalísticos do Jornal da Paraíba nos anos de 1900, as informações estavam de parecer favorável a realidade das outras instituições de pequeno porte, mas que já eram autônomas e a UFCG Campus II, com sua autonomia universitária, política e financeira, começaria ganhando sem déficits ao longo dos seus primeiros anos. Isto sem contar que a universidade perante seu corpo docente com 706 professores equivalentes a 26% e 1.305 funcionários mantendo 24% do quadro geral da UFPB, e com o orçamento de 66.473.243 milhões de reais comprometendo 25% do orçamento geral do campus sede[28]. Todavia podemos observar que, um quarto por cento dos recursos da Universidade ficaram retidas no campus de Campina Grande, que também já era uma cidade de grande porte.

A cidade sediava na época toda uma rede de órgãos, entidades, instituições e programas voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico. Segundo os comentários da comissão em geral, houve sempre um interesse histórico na Ciência e Tecnologia por parte da sociedade campinense, bem como possibilidades de cooperação e articulações institucionais, pois muitas coisas poderiam serem realizadas e resolvidas na cidade, mas também não poderíamos deixar de criticar os interesses neoliberais sendo influente no contexto político do governo Itamar e Fernando Henrique Cardoso - FHC, que também poderia afetar a política local através de parlamentares neoliberais de direita, porém não consolidou-se a entrada da influência intervencionista interna na comunidade politica da universidade.

Entretanto, destaca se, a inserção das atividades de desenvolvimento sustentável da cidade, do Estado e da região, tais como veremos no processo de expansão universitária através do REUNI[29] nas regiões do curimataú paraibano nos anos 2000. Nesse contexto das questões sociais vistas do cotidiano através do

[28] As iniciativas quantitativas foram retiradas do plano educacional de criação da UFCG.

[29] O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) é uma das ações integrantes ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e foi instituído em reconhecimento ao papel estratégico das universidades – em especial do setor público – para o desenvolvimento econômico e social. Mais Informações em http://reuni.mec.gov.br/

governo de centro-esquerda que a UFCG foi criada oficialmente, ela viria a constituir-se em verdadeiro elemento aglutinador e propulsor do progresso social e econômico da região. E, com a sua concretização, será nesse ambiente que a nova universidade, pela realimentação recebida, haverá também de crescer em competência, qualidade e compromisso com a realidade que a envolve, para o efetivo compromisso com o funcionamento em prol da sociedade das regiões vulneráveis nas questões de formação profissional superior de qualidade. Estando marcada pelo “boom” da expansão, as cidades de Cuité e Sumé ganharam o compromisso socioeducacional através de muitas reivindicações e movimentos de comunidades locais a implantação de seus capins.

CAPÍTULO II - A NOVA UFCG - UM COMPROMISSO SOCIOEDUCACIONAL

2.1. Proposta do REUNI à UFCG;

No Brasil, o ensino universitário se intensificou a partir da reforma universitária de 1968, vindo de um longo período de pouco acesso ao ensino na primeira metade do século XX. A ampliação do ensino superior, considerada por muitos um marco na vida das pessoas, com o início de crescimento no número de matrículas desse nível de ensino no país a partir da via financiamento público e privado, foi e continua sendo um dos principais fatores responsáveis pela crescente difusão dos cursos de graduação em instituições federais, ainda que esse não tenha sido o propósito inicial da referida reforma, sendo através da coordenação em interesses de política militar. O processo levou o caminho significativo para o sistema educacional no Brasil, mesmo com todas as restrições contra ideologias políticas de esquerda na época dos anos 1970 e 1980. Assim, para compreender os fatores históricos que contribuíram para o atraso na implantação do ensino terciário no país, bem como sua relação com o atual avanço das universidades privadas, torna-se necessário contextualizar historicamente o tema destacando os principais marcos de seu desenvolvimento até o recente período de expansão pós-reforma.

Aprovada pela (Lei nº 5.540/1968)[30] a reforma universitária, contribuindo para um tripé integrado para desenvolver o ensino, pesquisa e extensão, trazendo o aperfeiçoamento profissional dos docentes, criando condições para o desenvolvimento das pós-graduações e atividades científicas com restrições no país. A lei é dirigida diretamente às instituições federais de ensino superior-IFES. Com o aumento no número de matrículas no Brasil na década de 1980 e com a expansão desse segmento educacional, o financiamento do setor público na iniciativa privada aumentou consideravelmente, seja por isenção de impostos, renúncia fiscal ou financiamento público, direto para as classes médias da sociedade. Nos interesses neoliberais dos anos de 1990, foram criadas bases para a abertura do ensino superior à iniciativa privada, inicialmente através de faculdades

[30] A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, conhecida como Reforma Universitária de 1968, estabeleceu as diretrizes e bases para a organização e funcionamento do ensino superior no Brasil. Essa legislação promoveu mudanças estruturais nas universidades, como a criação dos departamentos, a adoção do regime de créditos e a integração entre ensino, pesquisa e extensão, além de favorecer a expansão e a diversificação das instituições de ensino superior no país.

isoladas e de pequeno porte nas regiões em que havia maior demanda. A Universidade Veiga de Almeida (UVA), teve a participação do setor privado nesse segmento educacional cresceu com a concordância do governo na região Nordeste, contudo, quase sem atividades de pesquisa, voltada para prática, dedicando-se prioritariamente ao ensino (SOARES et al., 2002, p. 34).

Com a intenção de sustentar o crescimento do ensino superior privado, após as transformações decorrentes da Reforma do Aparelho do Estado, de 1995, implementada durante o governo de FHC[31] foi instituído, por meio da Medida Provisória nº 1.827/1999[32] Posteriormente, o programa passou a ser denominado Fundo de Financiamento Estudantil (BRASIL, 2011, art. 11). O Fies surgiu como uma continuidade do Programa de Crédito Educativo (Creduc), criado em 1975, durante a gestão de Ney Braga[33] à frente do Ministério da Educação, ajudando o estudante a custear sua formação, com o pagamento sendo finalizado ao longo do exercício da profissão, mas nem todas conseguiam cursar um curso superior, pois o ensino ainda estava em déficits com os estudantes populares dos interiores do Brasil especialmente no Nordeste no interior da Paraíba na região do Curimataú afetado pela seca e falta de oportunidades de ensino a nível acadêmico estando afastados dos polos universitários de Campina Grande, João Pessoa, Patos, Sousa e Cajazeiras.

Entretanto, essa ampliação vai ganhando mais corpo estrutural com o governo Luiz Inácio Lula da Silva[34] através de políticas públicas e investimentos em larga escala no ensino público nas dimensões básico, médio, técnico científico e superior, ampliando as cotas nas universidades e construindo mais campi através do

---

[31] Fernando Henrique Cardoso, presidente entre (1995-2002) o seu governo caracterizou-se pela consolidação do Plano Real, pela adoção de políticas econômicas de orientação neoliberal e por reformas estruturais no Estado, como o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995). Essas medidas buscaram modernizar a administração pública, incentivar a privatização e ampliar a presença do setor privado em áreas como a educação superior, por meio da criação de programas como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), em 1999.

[32] A Medida Provisória nº 1.827/1999 instituiu o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior no Brasil, foi um programa criado para oferecer financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos.

[33] Ney Aminthas de Barros Braga (1917–2000) foi ministro da Educação e Cultura entre 1969 e 1974, período em que consolidou a Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540/68), responsável pela modernização estrutural das universidades brasileiras, com a criação dos departamentos, o sistema de créditos e o incentivo à pós-graduação.

[34] Lula foi um operário metalúrgico, líder sindical e fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), foi presidente do Brasil entre 2003 e 2010 e voltou ao cargo em 2023. Sua trajetória política é marcada por políticas de inclusão social e combate à fome e à pobreza.

REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) proposto pelo governo federal, no ano de 2007, apontando para um modelo de universidade que superasse a universidade tradicional. Portanto, a universidade no século XXI ganhou a nova legitimidade, afirma o autor Boaventura de Souza Santos (2011,p.66) sendo responsável por "cinco áreas de ação neste domínio: acesso, extensão, pesquisa-ação, ecologia de saberes, universidade e escola pública". Com este desafio foi instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, com o objetivo de ampliar as condições de acesso e permanência na educação superior, em nível de graduação, a fim de obter um melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais.

Nesta relação entre políticas públicas e questões sociais de ensino os dados mostrava-se a realidade da UFCG a partir do ano de 2002, que por seis anos de um período de transição para construir um perfil particular, respeitando a estrutura já existente, pudesse, também, assumir um aspecto que justificasse o desmembramento de que é fruto, passando a planejar a consolidação de sua nova feição, elaborando seu Plano de Desenvolvimento Institucional e manter a qualidade dos serviços proposta no jornal da Paraíba à comunidade local e regional. A proposta da UFCG apresentada ao REUNI foi fundamentada na necessidade de expansão das vagas públicas do ensino superior na Paraíba.

Conceitualmente, a proposta foi elaborada com base na avaliação que se pode retirar dos números apresentados pelo MEC, relativos ao ensino de graduação, sobre o desempenho desta Instituição. Assim, a presente proposta assumiu a tarefa de repensar a estrutura acadêmica em duas direções a primeira delas revisar os métodos de ensino de modo a dividir essa ênfase com as várias formas de estudo; reestruturar a gestão dos cursos de graduação de modo a redefinir currículos a partir da revisão de ideias, muito sedimentadas, como as noções de pre requisito em obrigatoriedade ou seja diminuir a burocracia universitária em busca de itinerários formativos menos verticais e, portanto, mais laterais ou mesmo transversais, promovendo uma relação cotidiana estável.

Nesta perspectiva, no Plano de Expansão apresentado pela comunidade acadêmica em 2005, constava no seu documento a possível justificativa de que estas estatísticas orientavam a criação dos novos campi e novos cursos, as hipóteses naquele momento criadas foram reivindicadas. Neste sentido, podemos observar que a UFCG teria uma missão a cumprir, dando continuidade histórica ao

seu modelo multicampi e indo ao encontro das aspirações de educação, desenvolvimento e cidadania do povo do interior do Estado e da região. Apesar da Paraíba na época encontrar-se melhor favorecida do que muitos estados quanto ao acesso ao Ensino Superior, a situação dos jovens entre 18 e 24 anos é ainda bastante dramática no Estado.[35]

Para concretizar este cenário, o REUNI apresentava em seu ofício que, no último censo do IBGE, apenas 4,71% deles estavam cursando o Ensino Superior em 2000. No caso da população estudantil entre 18 e 24 anos, verifica-se uma tendência acentuada de concentração no acesso ao Ensino Superior, pois em 214 dos 223 municípios do Estado, menos de 4% deles cursam o Ensino Superior, sendo que em 58% do total dos municípios esta taxa é inferior a 1%. Assim, pode-se identificar grandes zonas de exclusão universitária, as diagonais da Zona da Mata sob a área de influência da UFPB do Cariri-Curimataú-Seridó e do Sertão, estas últimas em pleno semi-árido, sob a área de influência da UFCG.

Todavia, quando se verifica o documento do REUNI, demonstra que entre 1998 e 2002, houve um incremento de 37% no número de concluintes do Ensino Fundamental e de 32% no de Ensino Médio, índices que projetam o montante de 36.000 alunos aptos a ingressarem no Ensino Superior no final de 2005, a responsabilidade pela expansão do sistema público se aprofunda mesmo com os problemas. Com efeito, embora a Paraíba tenha conseguido avanços importantes no processo de interiorização do ensino superior público e também nos níveis fundamental e médio, a situação da maioria dos jovens em idade universitária e ainda bastante precária.

Desta maneira, podemos analisar uma situação paradoxal no cenário educacional paraibano entre os anos de 2002 e 2010. Por um lado, o Estado brasileiro, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, acumulou significativa experiência e protagonismo no processo de interiorização do ensino superior público, destacando-se por meio da criação e expansão de universidades federais nas regiões historicamente menos favorecidas, como o Nordeste e o Norte. Esse movimento, impulsionado por políticas públicas de democratização do acesso e de desenvolvimento regional, representou um avanço considerável na tentativa de reduzir as desigualdades históricas no campo educacional brasileiro.

---

[35] As informações qualitativas estão retidas no documento oficial chamado “proposta da UFCG ao REUNI”

Por outro lado, apesar dos progressos, a Paraíba ainda enfrentava limitações estruturais e sociais que comprometem a efetivação plena desse processo. A oferta de vagas e cursos nas universidades públicas permanecia insuficiente diante da demanda crescente, especialmente nas cidades do interior. Assim, tendo em vista a grande parte da juventude paraibana continuava excluída do ensino superior, seja por questões socioeconômicas, seja pela distância geográfica em relação aos grandes centros urbanos onde tradicionalmente se concentram as instituições universitárias. É nesse contexto que a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) assumiu um papel estratégico e transformador. A propor a criação de novos cursos e campis em municípios interioranos, a instituição buscou conciliar expansão e qualidade, orientando suas ações para a inclusão social e para o desenvolvimento local e regional. Essa iniciativa reflete do conhecimento, oferecendo novas oportunidades educacionais a populações antes marginalizadas e contribuindo para a formação de capital humano qualificado, capaz de impulsionar o crescimento econômico e cultural nas cidades de Cuité e Sumé, sendo centrais para a inclusão no ensino.

2.2. Interiorização da UFCG em Cuité - problemas socioeconômicos?

Ao pensar um benefício para a sociedade, seja ele político, econômico, educacional ou sustentável, temos que observar quais foram os procedimentos atitudinais que foram adotados nas correlações entre pessoas locais e pessoas governamentais. Para se entender isso é preciso conhecer a história vista de baixo das sociedade que marcou e ainda marca seu território através de sua cultura, economia e o ponto chave dessa avaliação a educação.

Ao estudar os projetos de implantação dos campi da UFCG, em Cuité e Sumé, observei que ambas tinham os mesmos valores objetivantes, mesmo sendo diferente os cursos ofertados, mas a metodologia tais campi foram os mesmo, POIS ambos tiveram ofício protocolados pelo reitor. Em um período de 02 anos de reivindicações em um contexto político bastante favorável em parceria com o REUNI que já estudava os dados educacionais da então autônoma UFCG. Primeiramente,I

irei apresentar os dois juntos, começo pelo ofício.° 064/R/GR/UFCG[36] de 25 de abril de 2006, reivindicando CES Centro de Educação e Saúde.

Como toda proposta tem justificativa para formalizar o pedido administrativo. Como era a distribuição de matrículas no Brasil na época? Como estava a situação? As matrículas no país nos anos 2000, denunciavam desigualdades no acesso ao ensino superior, por uma grande concentração de matrículas nas regiões Sul e Sudeste, que, sozinhas, detinham o capital cultural de 68,7% do total nacional de estudantes. Na região Nordeste contava com apenas 16,6%, entretanto, com uma grande população de 47.741.711 habitantes, cerca de 30% da população total do país. Podemos observar que a desigualdade atingiu ainda de forma mais dramática os jovens que moram no interior dos estados, onde somente 33,71% das matrículas eram efetuadas em instituições públicas, o que significava apenas 5,08% das matrículas efetuadas no país. A análise em nível nacional se deteve na observação da adequação da faixa etária ao nível de escolaridade correspondente, os dados nacionais não deixavam o ministério da educação atento em larga escala de acordo com os dados do censo realizado pelo IBGE, os 5.68% dos jovens entre 18 e 24 anos são analfabetos e 46,23% com menos de oito anos de escolaridade[37]. Ou seja, cerca da metade dos jovens com idade mínima para ingressar na universidade não chegou sequer a cursar o ensino médio, analisando essa situação eram pouquíssimos os alunos que conseguiam entrar no ensino superior.

A nível da Paraíba a situação era complicada pela vulnerabilidade educacional, como justificativa, os dados mostravam através do ofício que 80% dos jovens dessa faixa etária de 20 anos se posicionavam na situação em que 15% são analfabetos e 65% tinham menos de oito anos de estudos, estatística que colocava o Estado em 25° lugar no ranking nacional, à frente apenas do Piauí e Alagoas, sendo mais invisíveis neste espaço universitário. Entretanto, fica a pergunta: como resolver esse problema no interior da Paraíba? A respeito da realidade tão desalentadora, é importante ressaltar que, estava na rede pública cerca de 70% das poucas matrículas existentes na educação superior do Estado, e aí que se confirma ter a estratégia de interiorização do ensino Superior público surtido efeitos positivos,

[36] A informação qualitativa do ofício está retida no plano de criação do CES, localizado no arquivo geral da UFCG.
[37] As informações quantitativas foram retiradas do plano educacional de implementação do campus de Cuité-CES 2006, o documento físico se encontra no arquivo geral da UFCG.

através da UFPB, UFCG e também não poderíamos deixar de fora a UEPB, nos municípios de Campina Grande, Guarabira, Catolé do Rocha, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras, colocava o Estado em posição de destaque regional, no que diz respeito à interiorização do ensino público superior, porém faltava uma atenção na região do Semiárido paraibano, que estavam deixando o crescimento educacional a desejar.

O município de Cuité foi fundador em 1768, localizado na mesorregião da Borborema, agreste paraibano e agreste potiguar, o território polarizado, é formado pelas cidades Baraúna, Barra de Santa Rosa, Cacimba de Dentro, Damião, Frei Martinho, Nova Floresta, Nova Palmeira, Picuí e Sossego, formando uma área de 8.161km, envolvendo quatro microrregiões dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, o Curimataú Ocidental e Oriental, o Seridó Oriental, e o Trairi. Como mostra o mapa:

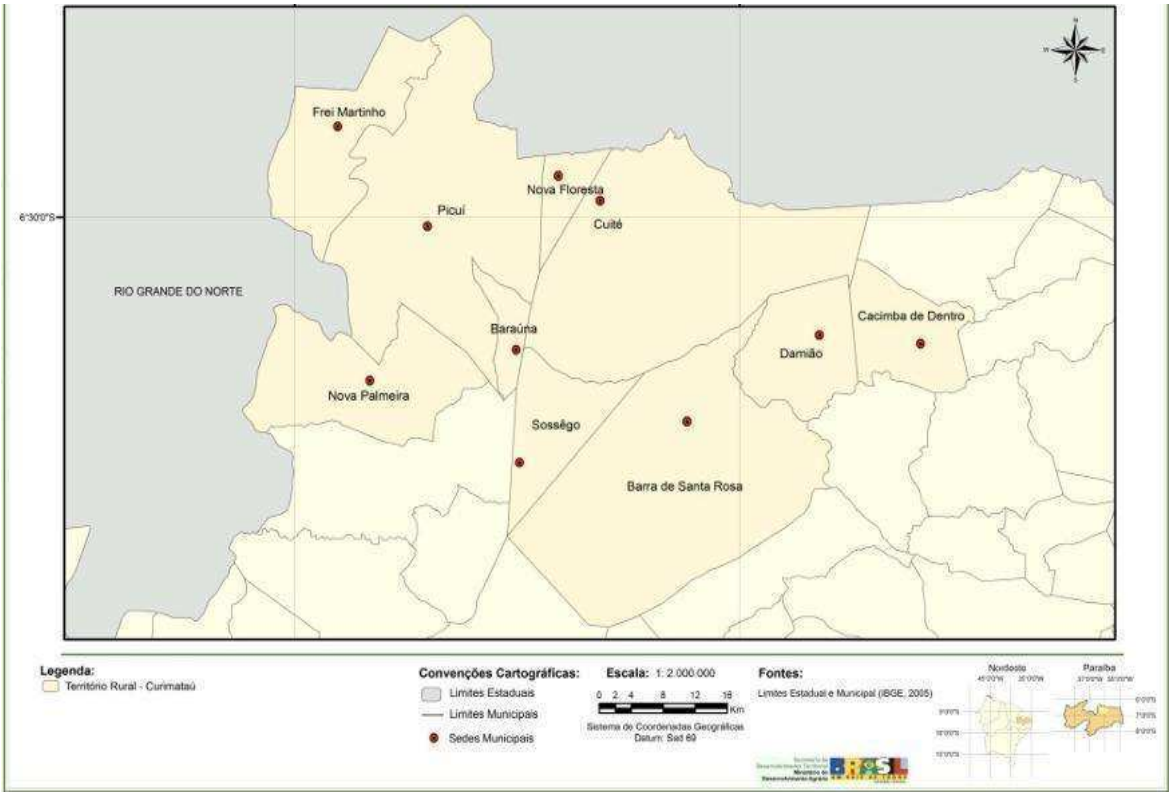


Figura 04: mapa do curimataú paraibano. Fonte: PTDRS 2010

A cidade formave um ponto chave para o ensino universitário. A região possuía na época uma população de 303.818 habitantes, distribuída em densidade

demográfica bastante variável de 4,9 hab/km a 293,4 hab/km. A taxa de crescimento da população, entre 1991 e 2000, em todos os municípios, obteve um caráter positivo, com o aumento de 0,63%. Em 1991, a taxa de urbanização foi de 42,36%, passando, em 2000, para 54,42%. A população urbana do território era de 57,02%, em 2000, com a maior taxa, de 88,91%, e a menor, de 36,97% sendo Cuité a mais populosa no começo dos anos 2000, com 19.946 habitantes. A educação do município já contava no ensino básico 42 escolas municipais e 3 estaduais, que atendiam cerca de 5.532 alunos, era um bom número de estudantes atendidos. Porém, olhando de outro ângulo crítico, o plano de criação do CES, apresenta nas estatísticas da época que apenas 0,78% dos jovens na faixa etária de 20 anos frequentavam algum curso superior naquela região. Portanto, o Curimataú era bastante vulnerável na questão de formação de mão de obra profissional, sendo aproximadamente de 100 estudantes que concluintes do ensino médio, apenas 1 cursava um curso de graduação sem haver nenhuma interferência de evitar culturalmente a evasão desse sujeito, caso desistisse de continuar a trajetória acadêmica.

A economia do município estava baseada ou ainda pode estar em atividades "agropastoris"[38]com o plantio de grãos, criação de animais em menor escala e o trabalho na mineração. Sua estrutura fundiária era e continua marcada pela presença de grandes propriedades pouco produtivas convivendo ao lado de minifúndios que suportam, precariamente, a quase totalidade da produção e do emprego rural. Aproximadamente 93,09% dos imóveis rurais possuem áreas menores que 50 hectares, dentre as quais 76,71% possuem áreas menores que 10 hectares em últimas décadas, tendo havido uma redução na utilização das terras.

Com o consequente reflexo nos níveis de ocupação e de emprego registrados na região, podemos chamar de reprodução cultural, em último intervalo de tempo de aproximadamente 05 anos registrou-se uma perda de 15% nos números relativos ao pessoal ocupado em atividades agropastoris com a diminuição da quantidade de empregos tanto temporários quanto permanentes. O mesmo censo revela um declínio acentuado do sisal, cultura mais importante do Curimataú típico: a produção caiu de 26,3 mil para 2,5 mil toneladas no período. As perdas econômicas daí

[38] Agropastoris é relativo à agricultura e à pecuária (a criação de animais). Refere-se a um sistema de produção que integra essas duas atividades, seja em um mesmo local, simultaneamente ou em rotação.

derivadas não foram compensadas pela expansão de outras culturas tradicionais, embora certo incremento na produção de feijão, de mandioca e de milho tenha registrado melhoria no rendimento agrícola.

Analisando o território polarizado por Cuité, qual era o principal problema que levou ao requerimento político educacional? Para fundamentar nos aspectos teóricos, as características culturais camponesas estereotipadas típicas de regiões interioranas nordestinas, com economia predominantemente agropastoril, marcada pela concentração ainda fundiária, de baixa diversificação produtiva e fragilidade estrutural no emprego rural era o aspecto que restringia a população a viver presa em seus "lugares" sem progressão de através de outras culturas como educacional. Os elementos revelam um campo social no sentido em Pierre Bourdieu, dominado por ***relações desiguais de poder econômico e simbólico,*** em que os agentes pequenos formados por agricultores, trabalhadores rurais e grandes proprietários se distribuem segundo o volume e a composição de suas capitais.

A escassez de instituições educacionais de nível superior e as limitações de acesso à educação superior historicamente dificultaram a mobilidade social. Antes da chegada da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), por exemplo, as oportunidades de ascensão eram restritas, e o habitus rural, moldado pela necessidade de sobrevivência e pela escassez de capitais culturais, tendia a **reproduzir práticas tradicionais e posições sociais herdadas**. Assim, as condições **agrárias e econômicas** reforçam um **círculo de reprodução social**, no qual os indivíduos permanecem presos a um campo de possibilidades limitado por seu volume de capital econômico e cultural.

Para modificar a cultura simbólica fixada socialmente, era necessário levar a universidade até a comunidade de imediato a discussão era oferecer provavelmente 500 vagas em 2007 divididas em 7 cursos nos turnos matutino e diurno, sendo 3 bacharelados em enfermagem, farmácia e bioquímica, e 4 licenciaturas em matemática, física, química e biologia e também tempos mais tarde oficializado o curso de nutrição, que iriam beneficiar diretamente um contingente de 2000 alunos e indiretamente os estudantes do ensino médio, através da influência intervencionista das ações do CES em escolas do município.

Outro fator importante seria o vínculo empregatício, trazendo recursos financeiros, com a instalação do campi além de empregar pessoas em sua construção e depois de estar finalizando a sua obra com a oferta de 500 vagas de

emprego sendo 120 docentes, 60 técnicos administrativos além de outros colaboradores da limpeza e manutenção predial, além de outros serviços indiretamente com fornecedores, que também fortaleceria o comércio local de forma positiva nas relações de consumo de alimentos e outros serviços, favorável a realidade local e contribuindo para mudanças da cultura politizada do trabalho rural se transformando em outros segmento educacional e social das pessoas.



Figura 05: inauguração do CES em Cuité, Fonte: site do campi disponível em <https://www.ces.ufcg.edu.br/portal/noticias/noticias/desenvolvendo-qualidade-campus-de-cuite-da-ufcg-comemora-10-anos-de-criacao-nesta-quinta-01>

A solenidade de inauguração do Centro de Educação e Saúde (CES), em Cuité, representou um marco significativo no processo de expansão e interiorização da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Presidida pelo reitor Thompson Mariz, pessoa de grande relevância de atuação em gestão ativa naquele

momento, e também então o primeiro diretor do campi, Márcio Caniello[39], a cerimônia simboliza não apenas a abertura de um novo espaço institucional, mas também a continuidade de iniciativas estatais voltadas à democratização regional do ensino superior. O ápice do evento ocorreu com a aula magna do semestre 2006.2, ministrada pelo ex-reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Lynaldo Cavalcanti[40], figura central na formulação e nos primeiros movimentos de interiorização universitária na Paraíba. Sua presença reforçou o caráter histórico do momento, marcando a transição entre projetos pioneiros, iniciados ainda na UFPB unificada, e sua consolidação na estrutura da recém-criada UFCG.

A implantação do campi tornou-se possível graças à incorporação da antiga Escola Técnica Agrícola Raimundo Ásfora (ETAC), instalada em um terreno de 86 hectares que englobava o Horto Florestal e a Residência Universitária. A área havia sido doada pelo município de Cuité durante a gestão do prefeito Antônio Medeiros Dantas, gesto político que expressa as articulações entre poder local e políticas federais de expansão educacional. Antes do início das atividades acadêmicas, o complexo passou por um processo de reestruturação física abrangente, com o objetivo de adaptar edificações voltadas originalmente ao ensino técnico agrícola para as novas funções universitárias. Na comemoração dos 10 anos de criação da unidade educacional, o espaço contava[41]com 2 blocos de aulas, ambiente para professores, Biblioteca, Farmácia-Escola, Centro de Vivência, diversos Laboratórios, Restaurante Universitário, Ginásio Poliesportivo, Complexo Esportivo, inaugurado no aniversário de uma década de funcionamento.

[39] Professor Titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (1985), Mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993) e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Exerceu vários cargos na UFCG, como Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (2001-2003), Coordenador de Educação a Distância (2004), Pró-Reitor de Projetos Estratégicos (2005-2009), quando elaborou e implementou o Plano de Expansão Institucional (PLANEXP) que propiciou a criação de três novos campi da Instituição (Cuité, Pombal e Sumé), Diretor-fundador do Centro de Educação e Saúde - UFCG/Campus de Cuité (2005-2008) e Diretor-fundador do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - UFCG/Campus de Sumé (2009-2012). Foi Secretário de Planejamento de Campina Grande (2013-2015). (Informações retiradas do currículo lattes)

[40] Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (1932–2011) foi professor, engenheiro e reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) entre 1976 e 1980. É amplamente reconhecido por iniciar e defender o processo de interiorização e tecnologias no ensino superior na Paraíba, contribuindo para a criação de novos campi e para a ampliação do acesso à educação superior no Estado.

[41] Informações quantitativas foram retiradas do plano educacional de criação do CES

Em uma entrevista homenageando o CES em 2016 e a cidade, o extensionista Jailson Borges[42], destacou que o campi de Cuité estava fortemente atuante no desempenho de ações para melhoria da sociedade e do ambiente onde o local de ensino está inserido, um exemplo citado pelo aluno a questão da educação ambiental, através das atividades de reflorestamento, baseado na plantação de mudas de espécies nativas e conscientização da população local, através de seu projetos, ressalta o entrevistado que: "*A chegada do CES possibilitou que pudéssemos desenvolver nossas habilidades e conhecimentos em prol da melhoria do nosso povo"*[43].

As reformas estruturais realizadas no antigo espaço escolar permitiram sua conversão em campo universitário, materializando novas condições de acesso ao ensino superior, que ainda mantinha em torno de 2000 alunos em 2016. No momento mais atual, no período de 2024.2 o CES consiste em 1.362[44] discentes ativos, estando abaixo da capacidade média de matrícula do campi, mas não deixam de ser um bom número de matrículas, mesmo depois de as universidades federais terem passado pela pandemia da covid-19 e um governo neoliberal que deixava obstáculos, via de regra, contando recursos da educação e contribuindo para evasão universitária não somente na Paraíba, mas em todo Brasil.

De maneira análoga aos termos bourdieusianos, o tal processo representa uma ruptura ainda que seria parcial, com mecanismos históricos de reprodução social que mantinham jovens do interior distantes dos centros produtores de capital científico e cultural. Assim, a implantação do CES não restringir-se a uma mera mudança institucional, mas participava de um movimento histórico que redefine hierarquias simbólicas e redistribui oportunidades educacionais em regiões historicamente marginalizadas, através dessa transformação material evidencia a capacidade do Estado de reconfigurar instituições pré-existentes para atender às demandas de interiorização, revelando um movimento histórico mais amplo de reorganização das infra estruturas educacionais no interior da Paraíba, como também aconteceu na cidade de Sumé, na região do cariri.

---

[42] Jailson Borges é biólogo formado pela UFCG no campus do CES em Cuité. Sua formação foi fundamental para a contribuição dos 10 anos de construção da instituição na região através de depoimento em relação à sociedade local.

[43] As informações qualitativas retiradas do portal oficial do CES.

[44] As informações qualitativas foram retiradas do site da PRE UFCG.

2.3. Ensino Superior em Sumé - uma história de luta e transformação social;

O campi do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), sua história de implantação não foi somente através de reivindicações de ofícios, mas sim de lutas constantes que teve início no ano de 2003. Naquele ano a UFCG já desmembrada da UFPB, a Universidade Federal, dois anos antes em 2001, fez uma parceria com projeto de apoio ao desenvolvimento sustentável do Semiárido "Dom Helder Câmara (PDHC) e o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrícola para o Desenvolvimento (CIRAD) que era e ainda continua sendo, um órgão vinculado simultaneamente ao Ministério do Ensino Superior, Pesquisa e Inovação da França e ao Ministério da Europa e das Relações Exteriores, este mesmo que também contribuiu para a fundação da Universidade camponesa do Brasil (UNICAMPO), na pequena cidade do Cariri houve indícios de mobilizações entre essas instituições através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) pela instalação de um pequeno campus avançado da UFCG dentro da Escola Agrotécnica de Sumé (EAS), que foi atendida em 2003 com a inauguração do espaço, acompanhado de um projeto político pedagógico para região.



Figura 06: inauguração do campi técnico avançado de Sumé 27/09/2003. Fonte projeto de criação do CDSA

Analisando a imagem em primeiro lugar, é um campus avançado agrícola. Em Sumé, o principal objetivo era ter uma relevância social a partir de um projeto político pedagógico. Ou seja, como toda instituição tem que ter um projeto para ser avançado no âmbito de sua população, é necessário contribuir para a sociedade que possa transformar ou modificar a cultura de um lugar dentro de um espaço, por um determinado tempo programado juntamente com os valores vividos de uma identidade própria, por isso o projeto de interesses também político regional que viria beneficiar a população através da educação. Diante disso, foi feita a capacitação de jovens filhos de agricultores de 20 municípios da região, juntamente para elaborar projetos produtivos através da metodologia adotada construtivista da pesquisa-ação de experiência vivida dentro das localidades para obter resultados positivos para adquirir recursos humanos. A contribuição construtivista dos educadores relacionados ao desenvolvimento rural e territorial, a construção participativa da sociedade, para formalizar um "anteprojeto"[45] acadêmico para a construção de um espaço universitário da UFCG sintomático institucionalmente com a pedagogia de uma universidade camponesa de desenvolvimento sustentável, de acordo vantajoso a população querendo seu reconhecimento delineado com o projeto acadêmico da Unicampo. Esse aspecto o autor Thompson questionar que:

> "Os valores, tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre terreno de contradição, de luta entre valores e visões de mundo alternativos. Se dissemos que os valores são aprendidos na experiência vivida e estão sujeitos às suas determinações, não precisamos, por isso, render-nos a um relativismo moral ou cultural. Nem precisamos supor alguma barreira intransponível entre valor e razão. Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em suas escolhas alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meio racionais". (Thompson, 1981, p.194)

O amadurecimento da proposta durante 02 anos entre 2003 a 2005 a ideia de uma retomada no plano de expansão internacional, também estava sendo implantado na região norte do Curimataú em Cuité. Por outro lado, na região mais ao sul, o cariri central estava atento aos princípios de sua importância para o desenvolvimento econômico de sua autonomia do conhecimento de conviver com a estiagem da seca resistindo de maneira a sobreviver e se desenvolver em um mesmo local. Todavia com reivindicações o processo deu seus primeiros avanços de

[45] Anteprojeto é um documento preliminar que antecede o projeto definitivo, no qual se delineiam os elementos centrais da pesquisa, como tema, objetivos, justificativa, referencial teórico inicial e procedimentos metodológicos.

fato e direito no dia 19 de julho de 2005, através do plano de expansão instituição da UFCG - (PLANEXP) tenho seu parecer favorável de acordo com o ofício N°098/R/GR/UFCG pelo colegiado pleno do Conselho Universitário sendo depois protocolado no sistema educacional do ministério da educação.

Em Brasília foi realizada uma audiência com toda a conjuntura política, representando a Paraíba nesta ocasião, encontrava-se, o governador do estado Cássio Cunha Lima, 03 senadores, 12 deputados federais, além de 08 deputados estaduais e 06 prefeitos de municípios da Paraíba. Apesar de ser o interesse voltado para a educação, também não deixava de ser uma apreciação política para interesses futuros de discussão eleitoreira. No entanto que, a repercussão do evento foi de grande alvoroço, que o Jornal de maior circulação no estado, correio da Paraíba, vinha trazendo a tona o poder do discursivo, que era responsável por produzir discursos legitimados favorável aos políticos ocupando o poder, normalizando as práticas, e governar conquistando a mente da população por meio da educação trazendo a notícia em primeira e o fato encontrava-se fortemente coberto pelas emissoras de rádio e televisão. Obtendo-se a figura, a reunião foi romantizada pela mídia de “encontro civilizado”.





“A Paraíba conflagrada deu um exemplo de civilidade, ontem, em Brasília. Na audiência suprapartidária com o ministro Fernando Haddad, prefeitos, deputados, senadores e até o governador estiveram sob o mesmo teto, abdicando de suas divergências políticas, para reivindicar mais campi da UFCG no Estado.

Resta, agora, esperar que o Governo Federal tenha a necessária sensibilidade para atender à reivindicação que, como se vê, não é de uma ou outra facção política, mas de toda a Paraíba. A interiorização do ensino superior é uma realidade que se impõe em tempos de globalização. É a necessidade de levar educação aonde o povo está.”

Helder Moura, “Encontro civilizado”
Correio da Paraíba, 20/07/2005

Figura 07: discussão no DF sobre a implantação da UFCG em Sumé. Fonte: projeto de criação do campi.

Sendo adotada, uma medida provisória pelo presidente Lula em exercício. Com um olhar bastante sensível para a questão da educação no Nordeste, a Paraíba não ficou de fora, em setembro de 2005, o MEC veio a divulgar um relatório do programa de Expansão das IFES autorizando a criação do campi da UFCG nas cidades de Pombal e Cuité trazendo para a sociedade paraibana um grande "júbilo"[46]. Entretanto uma certa comoção provocativa no território polarizado do cariri central. Ficando a pergunta: e nós como fica? Em primeiro momento, a cidade de Sumé não foi contemplada, por que as outras cidades estavam bem antes na fila da reserva esperando o reconhecimento e o consentimento de sua demanda carente por ensino superior, mas Sumé não esperou sua reivindicação de forma passiva civilizada inguinal os políticos da Paraíba, a camada popular veio obra as ruas da cidades provocando uma explosão mobilizante em toda região, "o povo sofrido, mas combativo", mostra as imagens:



[46] A palavra "Júbilo" significa alegria intensa, profunda e expansiva. Exemplo: o município de Cuité através de reivindicações conseguem a ordem de serviço para construção do campi da UFCG.



Figuras 08 e 09: Mobilização a favor da criação do campi em Sumé. Fonte plano de criação.

Nestas duas imagens, podemos observar uma carta homogeneização da população no princípio da união de toda massa social das cidades em torno de Sumé, formando-se assim um movimento social ficando para história chamado “grito do cariri”. Outro fator importante foi a intervenção religiosa das igrejas católica e evangélica, estando juntas contribuindo para a instauração do campi, contando também com a presença de lideranças políticas locais. Estando essa população total sendo impulsionada pela sua experiência de existir em um lugar que os ganhos e peças são aprendidos através das cobranças de todas camadas sociais, política e religiosa, sendo isso confirmada na contribuição teórica para a esfera educacional da educação do autor social Thompson que:

> “Com a ‘experiência’ e ‘cultura’, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem certos praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral”. (Thompson, 1981.p.189)

Com os efeitos das reivindicações, na primeira semana da posse do presidente Lula em seu segundo mandato, a associação dos municípios do Cariri paraibano - AMCAP protocolou um ofício para a Reitoria da UFCG, contendo por signatários 22 prefeitos. Esta ação foi feita combinando com outras manifestações em defesa dos campi, os movimentos de reivindicação das regiões polarizadas por Itaporanga e Itabaiana, que motivaram a elaboração do PLANO EXP II, na expectativa de que o governo continuasse às políticas públicas de expansão do ensino superior, o que foi comprovado com o lançamento do PDE, mas como tudo na vida são feitas de ganhos e perdas, a interiorização universitária ficou apenas com a cidade de Sumé na segunda etapa. O plano foi enviado ao MEC no dia 29/03/2007[47] sendo recebido no dia 29 do mesmo mês pelo ministro em exercício na época Fernando Haddad e sua assessoria, como mostra a imagem abaixo:



Figura 10: Fernando Haddad e sua comitiva. Fonte plano de criação.

[47] As informações qualitativas foram retiradas do plano educacional de criação do CDSA. Disponível no arquivo geral da UFCG

Nesta mesma audiência, com uma ampla participação da classe política paraibana, e da sociedade civil do cariri. A mesma instituição que ajudou a fundar a escola Agrotécnica de Sumé, entregou um *"chapéu de couro"* a Haddad, simbolizando o valor das lutas pela inclusão universitária. Entretanto, mesmo o chapéu sendo uma mercadoria produzida no nordeste, ele é apropriado pelos políticos como objeto simbólico regional tradicional, não como fator de influências através da cultura de raiz que a região produziu e ainda produz mesmo em dimensões diferentes. Portanto, o chapéu é a figura de um povo forte que sempre lutou e ainda continua lutando para a desconstrução estereotipada que a região Nordeste ainda tem na mente de algumas pessoas alocadas em outras regiões do Brasil.



Figura 11: Haddad colocando o chapéu de couro na cabeça, representando o Nordeste. Fonte plano de criação.

Depois de 2 anos de conciliações políticas e populacionais, nos meses de junho e julho foram realizadas na cidade de Sumé pesquisas junto a população local

sobre os possíveis melhores cursos a serem criados, da qual maneira subsidiar as necessidades específicas da maioria. Em esferas gerais, o documento de criação do campi comunica que a implantação da instituição da cidade deveria ser focado no desenvolvimento sustentável do Semiárido. Porém, foram considerados apenas conforme o plano de criação demonstra apenas um lado da moeda, através de suas cadeias produtivas econômicas, vulnerabilidade ambientais, sociais e educação. Entretanto, na visão da história cultural a criação do campi faltou um olhar mais abrangente em seu plano de criação, a cultura do lugar representada pelo "chapéu de couro". Entretanto com toda dificuldade em conseguir um espaço no ensino superior, todo benefício vindo de forma significativa é sinônimo de avanço considerável.

A proposta do documento era traçar um plano estratégico na parte sul do Estado da Paraíba, região historicamente marcada pela limitada na época, a presença de instituições públicas e privadas de ensino superior, consolidou-se a formulação do denominado *"diamante do desenvolvimento sustentável do semiárido"*. Coisa que não aconteceu na realidade, ficando apenas no projeto de implementação. Tal proposta pode ser compreendida no contexto mais amplo das políticas de interiorização do ensino superior público, concebidas como instrumentos de enfrentamento das desigualdades regionais historicamente produzidas. Nesse sentido, a iniciativa visava à constituição de uma rede integrada de ensino, pesquisa e extensão, ancorada em Centros da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) que já detinham capital acadêmico e científico acumulado em áreas estratégicas para a convivência com o semiárido. Essa rede articula o Centro de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN), o Centro de Humanidades (CH) e o Centro de Engenharia Elétrica e Informática (CEEI), sediados no campi de Campina Grande, bem como o Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR), localizado em Patos, ao futuro Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA).

A implantação do CDSA foi pensada para ocorrer nas três arestas do referido *"diamante*[48]*"*, situadas em mesorregiões emblemáticas do semiárido paraibano, o Agreste Seco e o Alto Sertão do Piancó. As duas primeiras inserem-se ao longo do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco, enquanto a última se localiza no

[48] "Diamante", a palavra está configurada no texto como um precioso imaginário institucional CDSA, que iria beneficiar um grande número de alunos, comerciantes gerando emprego e renda para Sumé e toda região sul da Paraíba.

entorno do Complexo Coremas - Mãe d'Água, a principal reserva hídrica do Estado da Paraíba, com capacidade estimada em 1,83 bilhão de metros cúbicos. Sob uma perspectiva histórica-sociológica, essa configuração institucional expressa a tentativa de romper com a lógica concentradora do ensino superior nos grandes centros urbanos, ao promover a redistribuição do capital cultural e científico em territórios tradicionalmente marginalizados. Assim, a interiorização da UFCG, materializada por meio dessa rede, pode ser interpretada como parte de um processo mais amplo de reconfiguração das relações entre universidade, Estado e desenvolvimento regional no semiárido paraibano e caracterizado na formação do "diamante" ficou incompleta, porém a proposta de mais IFES parou com em Sumé, deixando Itaporanga e Itabaiana sem o benefício no mesmo período entre 2002 a 2010, mesmo com muitas incansáveis lutas. Apresentar a imagem.

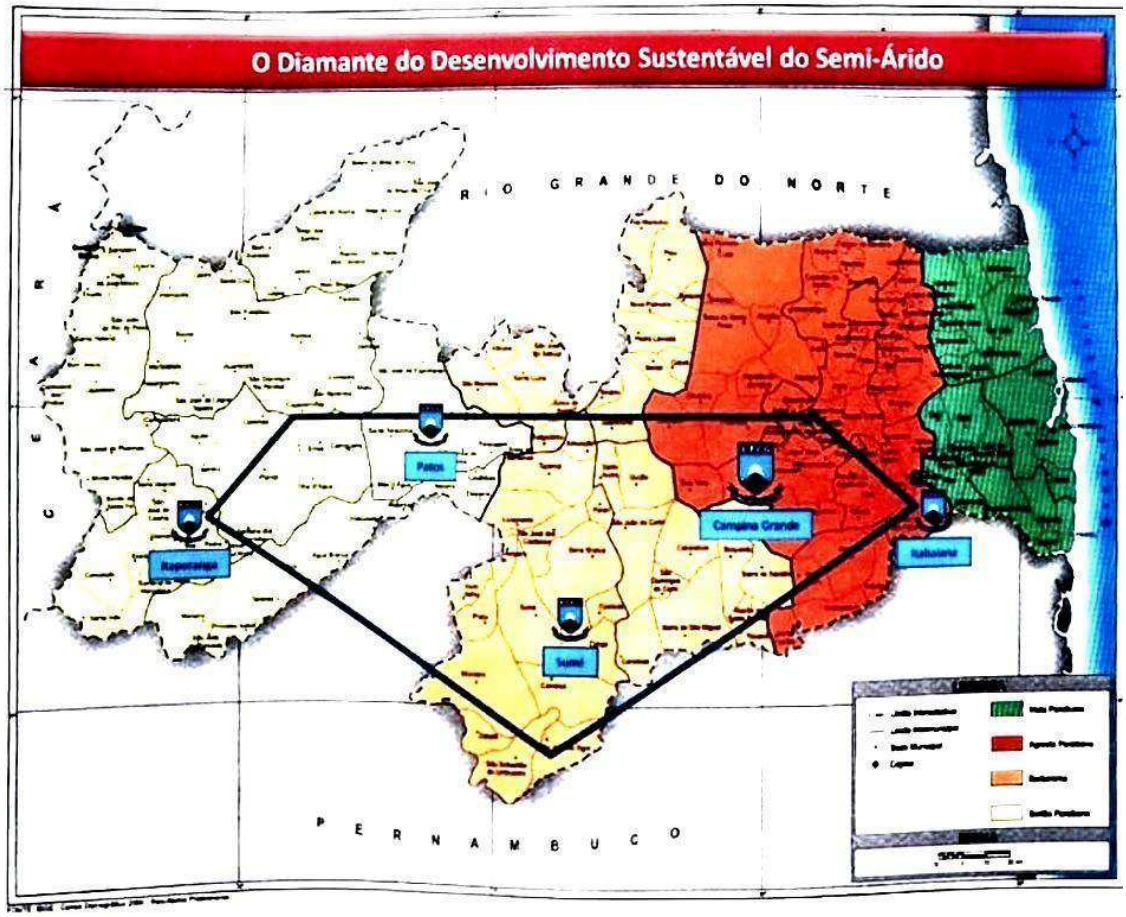


Figura 12: mapa do diamante imaginário-Paraíba. Fonte plano de criação.

A característica do diamante imaginário traçado no centro da Paraíba, onde atualmente está contida em uma formação triangular com a ligação das instituições em Campina Grande, Patos e Sumé, caso a proposta política de maior número de

instituições federais tivesse ganhando mais corpo estrutural, o estado estaria com certeza mais avançado em índices de desempenho humano, todavia ainda nos dias atuais alunos (as) desses regiões dos recantos da Paraíba ainda enfrentava dificuldades de se locomover para os campi de acesso ao ensino superior por ocasião da distância geográfica em uma cidade e o espaço da UFCG, gerando por meio racionais uma certa concepção de exclusão universitária e uma contra igualdade entre jovens de setores mais externos do território paraibano, tendo como forma de solução mais viável de apoio, migrar para outra cidade ou estado.

A justificativa das lideranças institucionais segundo a fala do documento, era a falta de propagação entre a UFCG e o semiárido, estava limitada em decorrência da falta de um espaço de intercâmbio de experiências entre os agricultores familiares, se suas lideranças com cientistas, professores, técnicos, organizações, instituições e demais agentes comprometidos. Neste sentido, a falta de cooperação vinha também de um problema natural de desenvolvimento sustentável segundo os especialistas. A descrição do projeto de criação. P. 11 explica que:

> "Segundo Barbosa, existe uma diferença entre o *fenômeno natural seca e o desastre seco*. A seca, que se caracteriza pela falta de umidade, é simplesmente um fenômeno climático periódico, que se intercala com períodos mais úmidos de chuvas.O período da seca climática começa, quando não mais temos chuvas e ele termina quando as chuvas voltam. Por influência de eventos climáticos globais, como o ENOS, estas secas climáticas podem ser prolongadas, e durar até mais de um ano. O desastre seco é contínuo, pois é regido por padrões sociais, econômicos, políticos e tecnológicos, que resulta em níveis elevados de degradação ambiental e finalmente na desertificação. A seca temática neste contexto do desastre seco funciona como um catalisador no agravamento das condições dos padrões do desastre seco.
> A diferença entre o desastre seca e a seca climática está no fato de que, quando a seca climática termina e começa o período úmido, as questões sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que afetam diretamente a população pobre rural não terminam, eles continuam. Podem ser minimizadas chuvas, mas não diminui a vulnerabilidade dos indivíduos, ao contrário, elas podem até piorar, porque nem sempre a estação das chuvas traz lucro, em termos de colheita, ao homem do campo. As vulnerabilidades sociais, econômicas e tecnológicas do homem rural e os processos de degradação ambiental e desertificação vêm se agravando ao longo dos anos.
> Os programas emergenciais dos governos Federal e Estadual do Nordeste não conseguiram mudar substancialmente este quadro. Dessa maneira, em especial, o homem rural do Semiárido tem convivido com este cenário de desastre há muito tempo.
> O desastre seco é um desastre extremo, de desenvolvimento lento, contínuo, progressivo e duradouro, que como um câncer, corrói a vida e o meio ambiente. A seca climática não tem como ser combatida, mas o desastre seca sim.
> Também sobre essa questão, João Suassuna diz que "já é mais do que sábio que as secas do Nordeste são periódicas e, enquanto fenômeno natural, não há como combatê-las. Todavia, os seus efeitos podem ser

> enfrentados com tecnologias apropriadas, tornando possível a convivência do homem com o meio árido" PROBLEMATIZAR

Diante dessa avaliação, o desafio colocava-se na constituição de um espaço institucional permanente voltado à contribuição efetiva para a formulação e a implementação de um projeto de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, em escala local e regional. Tal proposta deveria articular-se às políticas públicas direcionadas ao setor, tomando como eixo estruturante a interação entre as perspectivas, os interesses e os projetos dos agricultores familiares e de suas organizações, os quais passariam a orientar, nos planos teórico, analítico e prático, as atividades e disciplinas universitárias. Nessa perspectiva, tornava-se central o investimento na produção e na valorização do capital cultural associado aos modos locais de uso e distribuição dos recursos naturais, em contraposição à lógica hegemônica que tende a supervalorizar produtos, serviços e saberes oriundos de outras matrizes culturais. Essa dinâmica contribui para a desvalorização simbólica da cultura local e para a perda de seu prestígio social, reforçando mecanismos de reprodução das desigualdades e de hierarquização dos saberes.

Assim, o principal objetivo do novo CDSA, desde sua criação até a atualidade, tem sido socializar os conhecimentos e as experiências produzidas em seu âmbito institucional, aprofundando o processo pedagógico por meio da formação de pesquisadores e educadores capazes de articular o conhecimento científico aos saberes práticos dos camponeses. Tal articulação visava romper com a lógica da imposição cultural, promovendo a difusão desses conhecimentos no meio social e contribuindo para a construção de práticas educativas mais sensíveis às realidades locais, através das novas modalidades de ensino superior para ampliar e democratizar o acesso da população aos produtos e processos da instituição dentro da Paraíba, para dar uma resposta positiva nas zonas de exclusão universitária no Cariri, Vale do Piancó e Vale do Paraíba. Com a construção de um novo paradigma estrutural, o ensino científico tecnológico para o desenvolvimento sustentável, iriam abrindo-se na época novas perspectivas econômicas, produtivas e educacionais para sociedade. A meta a partir da construção do campi era de criar conforme o plano educacional de criação, no geral 3500 vagas no ensino superior em 5 anos. Entretanto essa missão era de difícil comprometimento, pois a população do Semiárido apresentava os menores IDH e IDEB do Brasil.

Em suma, a criação do CDSA foi - e ainda continua sendo - um grande avanço educacional, mesmo diante dos desafios que todas as instituições públicas enfrentam nos âmbitos político, interno e externo. Foram cinco anos de desafios teóricos e estruturais até sua conclusão, em 2009, e a inauguração, em 2010, acompanhada da implantação dos cursos de bacharelado em Engenharia de Biossistemas, Engenharia de Biotecnologia, Engenharia de Bioprocessos e Engenharia de Produção, contando ainda com apenas uma licenciatura em Ciências. Completando esse ciclo inicial, foram implantados também os cursos tecnológicos nas áreas de Agroecologia e Gestão Pública, configurando, assim, um campus de pequeno porte. No seu aniversário de 10 anos, não houve nenhuma comemoração presencialmente, por motivos da pandemia do coronavírus, no momento atual no período letivo 2024.2, o CDSA conta com 365 discentes ativos, número que, quando comparado ao Centro de Educação e Saúde (CES), em Cuité que possui 1.362 discentes, evidencia sua menor dimensão. No entanto, mesmo sendo um campus de pequeno porte, o CDSA representa uma significativa democratização do ensino público, contribuindo para a produção do conhecimento e para o fortalecimento do compromisso socioeducacional com a sociedade paraibana como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar e também agradecer, retribuir e fazer valer a pena, uma nova escrita pensativa, forma significativa para aqueles que pagam a manutenção do ensino público no Brasil. ESSE trabalho é uma contribuição para a instituição que me ajudou a desenvolver uma formação acadêmica em História, pois também sou aluno de interior afastado dos grandes polos universitários. Assim falo e escrevo, suas fontes oficiais produzidas ao longo do período analisado, entre 2002 e 2010, é possível observar que a presença da universidade contribuiu para a reconfiguração das dinâmicas locais, estimulando a circulação de pessoas, saberes e recursos, bem como o fortalecimento de novas perspectivas de mobilidade social para parcelas da população que, até então, encontravam-se distantes das possibilidades de formação universitária. Nesse sentido, a interiorização da UFCG revelou-se um importante instrumento de ampliação do capital cultural, conforme proposto por Pierre Bourdieu, ainda que não tenha sido suficiente, por si só, para romper integralmente com os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais.

Do ponto de vista institucional, a expansão da UFCG esteve inserida em um contexto mais amplo de políticas públicas voltadas à ampliação do ensino superior federal, especialmente a partir dos anos 2000, articulando-se a projetos de desenvolvimento regional e à valorização do conhecimento científico como vetor de transformação social. Contudo, o processo não se deu sem desafios, enfrentando dificuldades de requisitos e a atenção política sem falar das abreviações técnicas, como limitações estruturais, carências de infraestrutura, dificuldades de fixação de docentes e técnicos, além das tensões inerentes à adaptação da universidade às realidades locais do semiárido paraibano - local de difícil sobrevivência.

Ainda assim, os impactos positivos da interiorização são evidentes, sobretudo no fortalecimento das relações entre universidade e sociedade, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. A UFCG, ao se interiorizar, passou a desempenhar um papel estratégico na formação de profissionais qualificados, na produção de conhecimento contextualizado e no estímulo a iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável das regiões atendidas. Dessa forma, eu concluo esse trabalho com a defesa de que a interiorização da UFCG deve ser compreendida não apenas como uma política de expansão física da universidade, mas como um processo histórico e social complexo, marcado por avanços, contradições e

permanências. Sua análise de transição contribui para a compreensão dos limites e das potencialidades das políticas de interiorização do ensino superior no Brasil, evidenciando a necessidade de continuidade, fortalecimento institucional e investimentos permanentes, para que a universidade pública cumpra, de forma cada vez mais efetiva, seu papel social no interior do país. Mesmo sendo através de observações trazidas com obstáculos meritocráticos.

FONTES DOCUMENTAIS

Jornal de Paraíba: Agosto a Dezembro (1995);
Jornal diário da Borborema: Agosto a Dezembro (1995);
Proposta da criação da Universidade Federal de Campina Grande (Julho 1996);
Documentos oficiais - arquivo geral da UFCG (2002 - 2010);
Ofício para implantação do campus em Cuité: Abril a agosto (2006);
Elaboração do projeto para construção do campus em Cuité: Dezembro (2005 a agosto de 2006);
Requerimento para implantação do campus de Sumé: Junho de (2008);
Elaboração do projeto para construção do campus em Sumé: março de (2006 a junho de 2008);
Plano Territorial de desenvolvimento rural sustentável – PTDRS território do curimataú-PB 2010;
Proposta da UFCG ao REUNI.

FONTE DIGITAL

Site oficial da PRE UFCG.Disponível em:https://pre.ufcg.edu.br:8443/RelatoriosPRE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude A. Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. **São Paulo: Editora Vozes**, v. 5, 1982. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl

BOURDIEU, Pierre. O Poder simbólico. **Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, 1989. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?cluster

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.disponível em: hl=pt-BR & as_sdt=0%2C5 & q=BOURDIEU%2C+Pierre.

BARBOSA, Marcelo Ponte et al. Avaliação do impacto da política de expansão das universidades federais sobre as economias municipais. In: ANPEC-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 2015.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. Da ideia de Universidade à Universidade de ideias. Revista crítica de ciências sociais, n. 27-28, p. 11-62, 1989.

DE FARIA FILHO, Luciano Mendes; BERTUCCI, Liane Maria. contribuições de EP Thompson para uma história social da escolarização. Currículo sem fronteiras, v. 9, n. 1, p. 10-24, 2009.

DE OLIVEIRA JR, Antonio. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. Caderno de Geografia, v. 24, n. 1, p. 1-12, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais de 2003 a 2012. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF: MEC, 2012.

NASCIMENTO, Lindalva Gouveia. Desafios E Enfrentamentos No Processo De Interiorização Da Universidade Federal Da Paraíba (2007 – 2012): Uma Análise Dos Cursos Criados pelo Reuni a Partir Das Demandas No Campus De Areia. 2017.

NIQUITO, Thais Waideman; RIBEIRO, Felipe Garcia; PORTUGAL, Marcelo Savino. Impacto da criação das novas Universidades Federais sobre as economias locais. Planejamento e Políticas Públicas, n. 51, 2018.

SILVA, Allan Gustavo Freire da; MONTENEGRO, Rosilene Dias; AGRA, Nadine Gualberto. Política de interiorização universitária e desenvolvimento regional: uma análise econômica da implantação da Universidade Federal de Campina Grande em Sumé – PB. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Taubaté - SP, Brasil. v.15. n.7, dez. 2019. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/

SILVA, Lucas Pereira da. A recente interiorização das universidades federais e a questão da democratização do acesso: uma análise das experiências formativas de jovens do semiárido paraibano no campus de CUITÉ/UFCG. 2017. 248 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2017. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1329

SILVA, Allan Gustavo Freire da. Política De Interiorização Universitária E Desenvolvimento: Uma Análise Socioeconômica Da Implantação Da Universidade Federal De Campina Grande Em Sumé – PB. 2016.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. Revista de Administração Pública [online]. 2006, v. 40, n. 1 [Acessado 01 Outubro 2024], pp. 27-53. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>. Epub 30 Nov 2007. ISSN 1982-3134. https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003.

VINHAIS, Henrique Eduardo Ferreira. Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-20012014-152929/.

ANEXOS

3.1. Ofício de implementação do campi UFCG em Cuité;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO REITOR
Rua Aprigio Veloso, 882 – Bodocongó
58.109-900 – Campina Grande – PB
Fone: (83) 3310.1467 – Fax: (83) 3310.1046
E-mail: reitoria@reitoria.ufcg.edu.br

OFÍCIO N. º 064/R/GR/UFCG

Campina Grande, 25 de abril de 2006.

A Sua Senhoria o Senhor
Nelson Maculan Filho
Secretário de Educação Superior – MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 3º andar – Sala 300 - Ed. Sede
CEP 70.047-903 Brasília - DF

Assunto: **Projeto de Implantação do Campus da UFCG, em Cuité-PB**

Senhor Secretário,

1. Ao cumprimentá-lo, e em atenção à vossa solicitação formulada por telefone, encaminhamos em anexo o Plano de Trabalho revisado referente ao **Projeto de Implantação do *Campus* de Cuité da Universidade Federal de Campina Grande**, processo 064848/2005-80. Ressaltamos que, além das modificações requeridas por Vossa Senhoria, e tal como ficou acertado no mesmo telefonema, reestruturamos a especificação das despesas constantes do Anexo 3, considerando:

1. Que, em função de um lapso da equipe que elaborou o referido Plano de Trabalho, em seu Anexo 3, foram arroladas as sub-contas de classificação das despesas, isto é, a parte analítica das rubricas, a qual deveria ter sido usada apenas como recurso de planejamento interno para a construção do orçamento geral do projeto;
2. Que tal lapso tem acarretado alguns percalços à execução orçamentária do projeto em vista das ponderações da Comissão de Controle Interno da UFCG, tornando-a excessivamente inflexível, o que poderá vir a redundar em entraves importantes quanto à execução das metas definidas no referido Plano;
3. Que, de acordo com o Art. 5º da Portaria Interministerial STN/SOF Nº 163, de 04 de maio de 2001, publicada no DOU de 7.5.2001 e retificada no DOU de 5.6.2001, a qual dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, estados, Distrito Federal e municípios, e dá outras providências, a parte analítica é um "desdobramento, facultativo, do elemento de despesa".
4. Que tais modificações não interferirão na distribuição dos recursos entre as rubricas, tal como consta no Plano de Aplicação dos Recursos (Anexo 4), que permanece inalterado.

Atenciosamente,

THOMPSON FERNANDES MARIZ
Reitor

1

REITORIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	PLANO DE TRABALHO (Continuação)

ANEXO 2 – ELABORAÇÃO DO PROJETO

2. DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

2.1 Título do Projeto	Período de Execução	
	Início	Término
Projeto de implantação do *Campus* de Cuité, da Universidade Federal de Campina Grande, localizado no município de Cuité, Estado da Paraíba.	Dezembro de 2005	Dezembro de 2007

2.3 Objeto do Projeto

Implantação do *Campus* de Cuité, da Universidade Federal de Campina Grande, localizado no município de Cuité, no Estado da Paraíba.

2.4 Justificativa da Proposição

O Brasil não tem sequer 1% de sua população freqüentando instituições públicas de educação superior e dos 11% de brasileiros da faixa etária de 18 e 24 anos que freqüentam a universidade, 70% estão matriculados em instituições privadas: este é um dado que por si só justifica qualquer projeto de expansão do ensino público superior no país.

A distribuição das matrículas no país também denuncia desigualdade no acesso ao ensino superior: há uma grande concentração de matrículas nas regiões Sul e Sudeste, que, sozinhas, detêm 68,7% do total nacional; a região Nordeste detém apenas 16,6%, embora tenha uma população de 47.741.711 habitantes – cerca de 30% da população total do país. A desigualdade atinge ainda de forma mais dramática os jovens que moram no interior dos estados, onde somente 33,71% das matrículas são efetuadas em instituições públicas, o que significa apenas 5,08% das matrículas efetuadas no país.

Se a análise se detiver na observação da adequação da faixa etária ao nível de escolaridade correspondente, os dados nacionais não deixam alento: de acordo com dados do último censo realizado pelo IBGE, 5,68% dos jovens entre 18 e 24 anos são analfabetos e 46,23% têm menos de oito anos de escolaridade. Ou seja, cerca de metade dos jovens brasileiros com idade para ingressar na universidade não chegou sequer a cursar o ensino médio.

Na Paraíba, os dados são ainda piores: 80% dos jovens dessa faixa etária se encontram na situação em que 15% são analfabetos e 65% têm menos de oito anos de estudos, estatística que faz do Estado o 25º lugar no *ranking* nacional, à frente apenas do Piauí e Alagoas. No entanto, a despeito de realidade tão desalentadora, é importante ressaltar que está na rede pública cerca de 70% das poucas matrículas existentes na educação superior da Paraíba, quadro que confirma ter a estratégia de interiorização do ensino superior público surtido efeitos positivos no Estado. A atuação da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Campina Grande e da Universidade Estadual da Paraíba nos municípios de Campina Grande, Guarabira, Catolé do Rocha, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras, colocam o Estado em posição de destaque regional, no que diz respeito à interiorização do ensino público superior.

3.2. Projeto de criação do campi da UFCG em Sumé

011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
REITORIA
SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO
PROJETO DE CRIAÇÃO DO *CAMPUS* DE SUMÉ

CAMPINA GRANDE, 13 DE JUNHO DE 2008

Gabinete Atividades,
C/ cópia à SPE.
17/06/08

ARQUIVE-SE
PASTA: UFCG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO REITOR

Rua Aprígio Veloso, 882 – Bodocongo
58.109-900 – Campina Grande – PB
Fone: (83) 3310 1467 – Fax: (83) 3310 1046
E-mail: reitoria@reitoria.ufcg.edu.br

Thompson Fernandes Mariz
Reitor da UFCG
Mat. SIAPE nº 3350343

OFÍCIO N. º 098/R/GR/UFCG

Campina Grande, 10 de junho de 2008

À Sua Senhoria, o Senhor
Prof. Dr. Ronaldo Mota
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 3º andar – Sala 323 - Ed. Sede
CEP 70.047-903 Brasília - DF

Assunto: **Projeto de Criação do Campus de Sumé**

Senhor Secretário,

1. Ao cumprimentá-lo, estamos encaminhando o Projeto de criação do Campus de Sumé, a ser implantado na Região do Cariri, devidamente aprovado pelo Colegiado Pleno desta Universidade Federal, no dia 10/06/08 (Cf. Ata da Reunião, em anexo), para que possa ser apreciado por essa Secretaria de Educação Superior.

2. Na expectativa de recebermos autorização para iniciarmos à construção e implantação do Campus de Sumé, aproveitamos a ocasião para reiterar votos de apreço e admiração.

Atenciosamente,

THOMPSON FERNANDES MARIZ
Reitor

REITORIA
17.06
Bruna p/ Sandra.